



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

Louise Gomes Rocha

Desigualdades sociais, raciais e de gênero: estudos sobre as especificidades das expressões da questão social no Brasil contemporâneo

Rio de Janeiro

2014

Louise Gomes Rocha

Desigualdades sociais, raciais e de gênero: estudos sobre as especificidades das expressões da questão social no Brasil contemporâneo

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola de Serviço Social da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
como parte dos Requisitos necessários à  
obtenção de grau de Bacharel em Serviço  
Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Lilia Guimarães Pougy

Rio de Janeiro

2014

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à minha amada avó, uma mulher negra e pobre que sofrera violência doméstica por muitos anos da sua vida, contudo nunca se resignou ao lugar de subalternidade e lutou para modificar sua condição de vida. Meu exemplo de coragem, luta e resistência.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha mãe, Luisa, por todo o esforço para que eu pudesse ter acesso a uma educação formal de boa qualidade, tarefa que lhe custou diversas privações, também por todo apoio, carinho e companheirismo durante as dificuldades encontradas para elaboração do presente trabalho.

Ao meu irmão, Márcio, por toda ajuda concernente ao manuseio dos equipamentos eletrônicos quando me encontrava em situação de desespero por não saber trabalhar com os programas e também o auxílio muito importante para a impressão do trabalho.

Às minhas queridas amigas-irmãs, Kelly e Cláudia, por todo incentivo que me ajudou muito a persistir no meu sonho e mais por serem amigas leais durante todo este tempo que nos conhecemos e nunca terem me abandonado em um só momento de luta.

Ao meu namorado, Pedro, pelo imensurável carinho e amor, pela sua atenção em me ouvir quando me encontrava triste e angustiada ao enfrentar os problemas que surgiram durante a elaboração do trabalho, o que sem dúvida me deu forças para continuar na caminhada, além da sua paciência em me ensinar muito do seu conhecimento sobre o Word, do contrário não conseguiria formatar o trabalho.

Às minhas amigas, Hanna, Isis, Sarah, Josiane, Amanda, Rakina, Evelin, Lana, Camila e Landa companheiras que estiveram ao meu lado durante toda a graduação e vivenciaram comigo os momentos de luta, perseverança, sacrifícios, alegrias, boas risadas, conversas, brigas, sonhos, medos, dentre tantas outras batalhas que enfrentamos juntas para conseguirmos nos formar, vocês tornaram sem dúvida a jornada estudantil bem mais prazerosa.

À minha orientadora Lilia Pougy por todo incentivo e por acreditar no meu potencial, pela paciência mesmo com a demora para finalizar o trabalho, e por suas essenciais

contribuições durante as orientações que enriqueceram em demasia os debates expostos no trabalho.

À professora doutora Mariléa Venâncio Porfírio pela acolhida no NEPP-DH, por me ensinar, através do seu exemplo, a ser uma profissional comprometida, dedicada, amiga dos seus companheiros e um ser humano exemplo de bondade e solidariedade com o próximo.

Às minhas supervisoras queridas Adriana e Cristiane, exemplos de Assistentes Sociais comprometidas com o exercício profissional, e que sempre estiveram prontas a compartilhar comigo suas experiências o que me proporcionou um enriquecimento sobre a prática profissional.

Às mulheres da maré, por me fazerem refletir sobre a realidade que elas vivem com um olhar diferente, por permitirem que eu participasse, como estagiária, da nova construção das suas vidas e por compartilharem conosco seus preciosos saberes.

Enfim, sem vocês não conseguiria chegar até aqui, por isso Muito Obrigada!

## CANTO DAS TRÊS RAÇAS

Ninguém ouviu  
Um soluçar de dor  
No canto do Brasil  
Um lamento triste  
Sempre ecoou  
Desde que o índio guerreiro  
Foi pro cativoiro  
E de lá cantou  
Negro entoou  
Um canto de revolta pelos ares  
No Quilombo dos Palmares  
Onde se refugiou  
Fora a luta dos Inconfidentes  
Pela quebra das correntes  
Nada adiantou  
E de guerra em paz  
De paz em guerra  
Todo o povo dessa terra  
Quando pode cantar  
Canta de dor

E ecoa noite e dia  
É ensurdecidor  
Ai, mas que agonia  
O canto do trabalhador  
Esse canto que devia  
Ser um canto de alegria  
Soa apenas  
Como um soluçar de dor.

(CLARA NUNES, Compositores: Mauro Duarte E Paulo César Pinheiro)

## RESUMO

ROCHA, Louise Gomes. **Desigualdades sociais, raciais e de gênero: estudos sobre as especificidades das expressões da questão social no Brasil contemporâneo.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

Este trabalho tem por objetivo analisar os processos histórico-sociais da constituição das desigualdades sociais, de gênero e raciais da sociedade brasileira contemporânea tendo como parâmetro o contexto socioeconômico da mulher negra brasileira. Para apreender as questões relevantes a constituição das desigualdades sociais brasileiras foi feita uma pesquisa bibliográfica com obras de autores que desenvolvem análises a nível macroscópico. Posteriormente foram realizadas inferências dos indicadores sociais concernentes a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho e aos níveis de escolaridade das mesmas. A partir da referida análise de dados, se discutem os limites e as possibilidades de intervenções na realidade das mulheres negras através das políticas sociais estatais.

## **LISTA DE SIGLAS**

CFCH- Centro de Filosofia e Ciências Humanas

CRMM-CR- Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa

DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EBES- Estado de Bem Estar Social

FIES- Programa de Financiamento Estudantil

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NEPP-DH- Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida

OIT- Organização Internacional do Trabalho

ONGs- Organizações não Governamentais

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNDS- Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde

PROUNI- Programa Universidade para todos

RAIS- Relação Anual de Informação Social

Seppir- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

SPM- Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

SUS- Sistema Único de Saúde

UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	9
<b>1 DESIGUALDADES SOCIAIS</b>	15
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL	15
1.2 POLÍTICA SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA	24
1.3 VISITANDO A POBREZA NO BRASIL	31
1.4 DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	40
<b>2 BREVE RADIOGRAFIA DA SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL</b>	48
2.1 REVISITANDO A HISTÓRIA DO RACISMO NO BRASIL	48
2.2 DESIGUALDADES RACIAIS BRASILEIRAS	50
2.3 A MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO	54
2.4 A ESCOLARIDADE DAS MULHERES NEGRAS	59
2.5 ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	64
<b>3 POLÍTICAS SOCIAIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A DEFESA E VIABILIZAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS</b>	66
3.1 POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS NO BRASIL	66
3.2 AÇÕES DA AGENDA PÚBLICA NO TOCANTE A TEMÁTICA DE GÊNERO E RAÇA NA ATUALIDADE	74
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	79
<b>REFERÊNCIAS</b>	85

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é requisito para a conclusão do Curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e foi desenvolvido sob a orientação da Professora Doutora Lilia Guimarães Pougy. O objeto de estudo do trabalho de conclusão de curso é analisar a preponderância do corte racial e de gênero nas expressões da questão social no Brasil contemporâneo. A proposta é tentar apreender os processos de desigualdades sociais, de gênero e raciais tendo como parâmetro o contexto socioeconômico da mulher negra na sociedade brasileira contemporânea.

A motivação em realizar a pesquisa na área de gênero ocorreu após cursar a disciplina A questão de gênero no Brasil, obrigatória da grade curricular, e posteriormente com o meu ingresso, como estagiária, no Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa (CRMM-CR) campo da violência de gênero, onde exerci um ano de estágio curricular obrigatório. O CRMM-CR é um projeto de extensão do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida (NEPP-DH), um órgão suplementar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFRJ.

O CRMM-CR é um equipamento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, localizado na Vila do João, um dos micro-bairros existentes no Complexo da Maré, um bairro situado na periferia do município do Rio de Janeiro. A maior parte do público atendido no CRMM-CR são usuárias moradoras da Maré com alguma experiência de violência doméstica no passado e/ou no presente. O CRMM-CR tem como objetivos atender e oferecer acompanhamento psicossocial e jurídico, orientar nas desigualdades de gênero e fortalecer a cidadania das mulheres em situação de violência doméstica.

Visa também promover debates, estudos e propostas sobre o fenômeno da violência de gênero, produzir indicadores sociais, desenvolver e testar metodologias inovadoras de formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas sociais voltadas para o enfrentamento do referido fenômeno.

Dentre as ações desenvolvidas pelo CRMM-CR há o atendimento às mulheres, as oficinas sociais e os cursos. Durante o período do estágio no CRMM-CR desenvolvi atividades majoritariamente no Curso Educação em Direitos Humanos, este curso almeja a capacitação das mulheres através de debates acerca dos Direitos Humanos com o objetivo de fortalecer a cidadania destas usuárias na perspectiva de uma sociabilidade que desnaturalize as relações sociais de dominação e exploração de gênero.

As participantes do curso relatavam assiduamente que já tinham sofrido inúmeras vezes discriminação. Haviam sido discriminadas por residirem no Complexo da Maré, passaram por situações em que foram estigmatizadas por sua cor e ou raça (uma participante até narrou um caso de discriminação racial ocorrido em um concurso de beleza dentro do próprio bairro), dificuldade em conseguir emprego por possuírem baixa escolaridade, além de já terem vivenciado em algum momento de suas vidas violência doméstica e /ou familiar. A partir destes relatos e com a experiência como estagiária no referido campo de estágio me suscitou estudar a interface das desigualdades sociais, de gênero e raciais da sociedade brasileira contemporânea.

As expressões da questão social em nosso país assumem um forte corte de gênero e raça, sendo as mulheres em sua maioria as mais penalizadas dentro de uma reprodução socioeconômica e cultural hegemônica de desigualdade de gênero potencializada pelas desigualdades sociais e raciais.

Ao se decompor os indicadores que nos permitem identificar os grupos sociais que se encontram na base da pirâmide dos mais pobres, nos deparamos com uma variante recorrente,

qual seja as mulheres negras e/ou não brancas. O que nos explicita a base material das relações sociais sistemática entre a desigualdade social, a de gênero e a racial (ALMEIDA, 2004).

Por isso, é fundamental entendermos os nexos dos processos sociais imbricados na já referida reprodução das relações sociais construídas e que constroem os sujeitos. Esse é o ponto de partida para propormos estratégias de enfrentamento coletivo ao emblemático cenário de violação dos direitos das mulheres negras.

Inicialmente o levantamento bibliográfico, realizado para elaboração do projeto da pesquisa, sobre o tema gênero e raça no Brasil a partir das produções acadêmicas que abordam a situação econômica e educacional da mulher negra indicavam um predomínio da hierarquização entre as duas categorias teóricas, gênero e raça. A princípio a tentativa é expor uma desvantagem socioeconômica da mulher negra perante a mulher branca tanto no âmbito do mercado de trabalho quanto no âmbito da educação formal.

Contudo não se pretende hierarquizar gênero e raça, mas fazer com que o estudo nos aproxime da interação dessas duas categorias teóricas e o sistemático processo histórico existente entre elas.

O caminho para realizar a pesquisa será a análise das desigualdades sociais, de gênero e raça tendo como eixo norteador a inserção no mercado de trabalho e a os níveis de escolaridade da mulher negra no Brasil nos dias atuais. A finalidade é compreender em que medida as relações sociais discriminatórias de gênero e raça possibilitam a violação dos direitos destas mulheres.

O primeiro capítulo aborda as dimensões da desigualdade social, o objetivo é apreender as relações sociais que (re) produzem as desigualdades sociais e de gênero na perspectiva da totalidade, por isso são utilizados autores que desenvolvem análises a nível macroscópico. Primeiramente foi estudada a gênese da questão social na tentativa de aclarar o

contexto histórico dos processos sociais que levaram ao seu surgimento. Depois se analisa as políticas sociais situadas no contexto de ataque aos direitos sociais bem como a função econômica, política e ideológica do Estado no tocante ao desenvolvimento e manutenção do modo de produção e reprodução social assentado na contradição que (re) produz as desigualdades sociais.

A fim de retratar a pobreza no país e tentar conhecer determinados aspectos da mesma como suas características regionais, geracionais, raciais, de gênero dentre outras são realizadas análises que nos possibilitam desvelar a situação da pobreza no Brasil, a partir da obra da autora Sonia Rocha (2003) que se dedica a estudar a pobreza brasileira. Para elucidar as questões relevantes a constituição das relações sociais patriarcais assentadas na desigualdade de gênero no modo de produção capitalista recorre-se a obras de autores que possuem uma vasta e solidificada bibliografia sobre a temática.

O segundo capítulo trabalha com indicadores sociais que nos mostram a realidade socioeconômica das mulheres negras no Brasil. Com o objetivo de compreender a realidade dessas mulheres, para além das evidências imediatistas dos dados, busca-se problematizar as questões concernentes a constituição histórica do racismo no Brasil e o seu desdobramento nas relações sociais de desigualdade racial contemporâneas.

A análise dos indicadores sociais referentes à inserção das mulheres negras no mercado de trabalho e os níveis de educação formal são examinados a fim de ilustrar a realidade das mulheres negras brasileiras e verificar a hipótese inicial do traço predominante de gênero e raça nas refrações da questão social no Brasil. Apresenta também potenciais ações, a partir da execução de políticas sociais, para modificar a realidade social das mulheres negras. A bibliografia utilizada são Anuários, Relatórios, Dossiês bem como diversos documentos que publicam e dão subsídios para analisar os indicadores sociais.

O terceiro capítulo versa sobre os limites e a possibilidade de intervenções através das políticas sociais estatais e também argumenta sobre a agenda das políticas públicas no que tange ao enfrentamento da desigualdade de gênero e racial, com vistas a fortalecer e viabilizar os direitos das mulheres negras no Brasil. O aporte teórico são as informações das próprias políticas e obras que se debruçam sobre a temática da política social pública.

As categorias teóricas já estão postas na realidade, o pensamento apreende e sistematiza tais categorias e permite identificar a singularidade dos fenômenos explicitando as contradições do real (GOTARI, 1972 apud GOHN, 1987, p.5). Portanto as arguições debatidas ao longo do trabalho, a abordagem de categorias teóricas, assim como as mediações necessárias para compreender a totalidade concreta são relevantes para elucidarmos os nexos históricos, econômicos, sociais e culturais do objeto de estudo para a recomposição do real no plano do pensamento, pois a realidade se mostra cada vez mais complexa nos dias atuais.

A pesquisa nas ciências sociais inicia-se com a reflexão do dado imediato e a captura dos vários elementos, determinações e significações do universo que se pretende estudar. Após decifrar os elementos que constituem o objeto a ser pesquisado parte-se primeiramente para uma análise das determinações gerais e das categorias socioeconômicas envolvidas no fenômeno em estudo. Há que se voltar para o movimento como um pêndulo das determinações mais simples para as mais complexas (GOHN, 1987).

Na manhã de domingo do dia 17 de março do corrente ano foi veiculado nas redes sociais um vídeo que mostrava uma viatura da polícia militar do Estado do Rio de Janeiro arrastando o corpo de uma mulher por cerca de 250 metros. A mulher arrastada fora atingida por tiros durante um confronto entre policiais e traficantes em um morro da Zona norte do município do Rio de Janeiro ao sair de casa para comprar pão. Os policiais militares relataram que a mulher foi socorrida por eles ainda com vida e encaminhada ao hospital. Contudo a Secretaria Estadual de Saúde informou que a mulher levou um tiro no pescoço e outro nas

costas e chegou morta na unidade de saúde. O corpo arrastado era de uma mulher negra que residia no Morro da Congonha em Madureira e trabalhava como auxiliar de serviços gerais em um hospital.

Após nos depararmos com a notícia da morte da mulher no morro da Congonha no município do Rio de Janeiro nos fica a impressão da dificuldade em garantir os direitos elementares em nossa em nossa sociedade “uma luta conseqüente dos filósofos, depois de intelectuais e de políticos para a ampliação dos direitos e, de repente, tudo parece ter sido perdido. Nessa concepção de sociedade, no mundo e, sobretudo, neste país, o homem é residual” (SANTOS, 1996/1997, p.138). Vivenciamos hoje um cenário de total horror, desumanidade, coisificação da vida humana.

O caminho de estudo no decorrer do trabalho se esforça para compreender essa emblemática realidade social contemporânea da sociedade brasileira que dispensa as mulheres negras toda sorte de violação dos seus direitos.

## **1 DESIGUALDADES SOCIAIS**

### **1.1 PROBLEMATIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL**

O objetivo deste item é debater a gênese da questão social inserida na totalidade do real. Pois essa não é um fenômeno social natural da sociedade como concebe o pensamento liberal, mas sim fruto das relações sociais concretas que estruturam a sociedade capitalista, por isso somente nesta sociedade podemos falar de questão social.

Segundo Netto (2006) no último quartel do século XX o ordenamento capitalista experimentou transformações econômicas que repercutiram nas esferas sociais e políticas, trata-se da transição do capitalismo concorrencial ao monopólico, etapa que aguça as contradições fundamentais da ordem capitalista atribuindo novas determinações e antagonismos, o estágio do capitalismo na era monopólica sedimenta e matura a sociedade burguesa.

A constituição da dinâmica monopólica consiste em exponenciar a taxa de lucro do capitalismo via controle dos mercados, onde ocorre uma fusão de empresas e o redimensionamento do capital financeiro e produtivo. Esse redimensionamento vai implicar em aumento do preço das mercadorias; altas taxas de lucro nos setores monopolizados; tendência descendente da taxa média de lucro devido à acumulação; economia de trabalho vivo com o advento da utilização de novas tecnologias, o que desemboca no aumento do exército industrial de reserva, entre outras implicações (NETTO, 2006).

Outro fator que se verifica no estágio dos monopólios é a supercapitalização, onde a acumulação de capital encontra barreiras para sua valorização, a própria magnitude do capital acumulado não encontra meios de valorizar-se, isto reflete na já referida tendência descendente da taxa média de lucro. Assim criam-se estratégias para reverter esse quadro, como a emergência da indústria bélica; a exportação de capitais excedentes para outros



Estados nacionais; a criação de atividades que não geram valor para queimar excedentes. Isso modifica a relação do Estado nos processos econômicos.

No capitalismo monopolista a inércia da burguesia é outro fator relevante, pois essa não gere mais seus negócios, deixando a cargo de outrem. A monopolização burocratiza a vida social, aumentando as atividades improdutivas e do setor terciário. Essas são as inovações do capitalismo de corte monopolista que não abandonam totalmente os traços do estágio antecessor.

A solução para aumentar e manter as taxas de lucro é a maximização dos mesmos pelo controle dos mercados, porém a contradição imanente a esse modo de produção requer o auxílio de um ente extra-econômico, o Estado, que adquire novas funcionalidades se redimensionando.

No estágio anterior ao monopolista, o Estado se colocava, como dizia Marx, como o comitê executivo da burguesia, o que vai permanecer no estágio monopolístico. Concernente à esfera econômica, sua principal função consistia na defesa da propriedade privada com intervenções pontuais, emergenciais em determinados momentos. Na idade monopolística devido aos processos econômicos supramencionados o Estado passa a regular a vida social de maneira contínua e sistemática, entrelaçando organicamente suas funções políticas e econômicas. Para consolidar o novo estágio do capital, o Estado é requisitado a interferir em funções econômicas diretas e indiretas (NETTO, 2006).

O Estado se submete à lógica do capital monopolista. A relação intrínseca entre os aparatos públicos e privados sedimentam as estruturas necessárias ao acúmulo do capital. Neste estágio a função estatal principal é a proteção e o controle da força de trabalho ocupada e excedente devido à grande dificuldade de reprodução dessas.

O Estado, no exercício do regulamento político e econômico do estágio do capitalismo monopolístico, agora é compelido a garantir a reprodução e manutenção da força de trabalho

tanto ocupada quanto excedente, essa garantia é viabilizada principalmente através do sistema de previdência e seguridade social. O Estado também se ocupa da regulação dos índices de consumo, assim como a disponibilidade de força de trabalho para demandas sazonais. É responsável também por criar mecanismos de mobilização e alocação. Para executar tais ações o Estado precisa de legitimação política, logo vai incorporar novos atores políticos, aumentando sua base sócio-política. Institucionaliza direitos, garantias individuais e sociais, o que conforma o consenso para suas ações. Tudo isso ocorre articulado à organização política da classe trabalhadora, que constitui partidos operários de massa.

Estas são as interfaces das funções econômicas e políticas do Estado monopólico. Para desempenhar seu papel a favor dos interesses econômicos do capitalismo na fase monopolista o Estado não pôde prescindir da legitimação política, aumentando sua base sócio-política ao incorporar novos atores sociais. Essa incorporação não foi um processo pacífico de aperto de mãos, mas sim resultado da consistente luta e articulação dos partidos operários. O aumento da referida base se deu na conquista dos direitos “o alargamento da sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um consenso que assegura o seu desempenho” (NETTO, 2006, p.27).

As respostas, a parte das demandas da classe trabalhadora, são dadas desde que estas não colidam com os interesses da classe dominante em garantir os superlucros. Ademais, as respostas são refuncionalizadas para auferir direta ou indiretamente lucro ao capital. A era monopólica matura a sociedade capitalista no que tange o desenvolvimento econômico, todavia essa maturação ocorre paralelamente a uma organização da classe trabalhadora como nunca se tinha vista antes na história. Essa classe trabalhadora agora luta por condições melhores de vida e de trabalho, com esse movimento reivindicativo dos trabalhadores o terreno se torna propício para o Estado, agora cooptado por esta ordem, legitimar-se

politicamente, com a incorporação de parte das requisições da classe trabalhadora. Destarte, esta contradição verificada na fase do capitalismo monopolista redimensionou a função política do Estado sem prejuízo para o exercício das suas funções econômicas de roupagem monopolística.

A transição ao capitalismo dos monopólios realizou-se paralelamente a um salto organizativo nas lutas do proletariado e do conjunto dos trabalhadores (cf. seção 1.3)- é, inclusive, em quase todas as latitudes, simétrico ao aparecimento de partidos operários de massas; o coroamento da conquista da cidadania, sobre a qual doutrinou linearmente Marshall (1967), acompanha, nos seus lances decisivos, o surgimento da idade do monopólio: as demandas econômico-sociais e políticas imediatas postas por todo este processo reivindicativo e organizativo macroscópico não vulnerabilizaram a modelagem da ordem econômica do monopólio, ainda que tenham condicionado em medida considerável. (NETTO, 2006, p.27)

No capitalismo concorrencial a questão social só se torna objeto da ação estatal quando ameaça a ordem vigente ou no extremo quando colocava risco ao fornecimento da força de trabalho em escala global, ou seja, condições que não tocavam a produção capitalista. Porém, na era dos monopólios, o reordenamento econômico, a maturação política do proletariado e a necessidade de legitimação política do Estado fazem com que a questão social seja constitutiva dos processos econômicos e políticos (NETTO, 2006).

Portanto, o capitalismo no seu estágio monopolista coloca possibilidades das refrações da questão social<sup>i</sup> serem passíveis de intervenção sistemáticas e contínuas por parte do Estado através das políticas sociais, devido à entrada no cenário político da classe trabalhadora, exigindo por parte do Estado e empresariado melhores condições de trabalho e vida, ou seja, condições para sua reprodução social. Assim, somente no capitalismo em seu estágio monopolístico, com relevo para todos os processos sociais, econômicos e políticos mencionados

---

<sup>i</sup> A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia (IAMAMOTO, 1983 apud NETTO, 2006, p.17).

anteriormente, que são postas a base material para que as refrações da questão social se tornem alvos de políticas sociais.

A política social do Estado capitalista na era monopólica intervém, de forma estratégica, contínua e sistemática, nas refrações da questão social. Essa intervenção ilustra o novo posicionamento do Estado frente às demandas econômicas e políticas, ou seja, a intervenção por meio de política social é o caminho que o Estado percorre para conseguir responder as expressões da questão social ao mesmo tempo em que atende as demandas do ordenamento monopólico.

Esse posicionamento político do Estado frente às mazelas da questão social é uma resultante da luta de classes referida acima, o Estado burguês é conformado pela luta de classes, ainda que este Estado não se apresente assim. Por isso ao alargar sua base sócio-política institucionalizando direitos para a classe trabalhadora ao mesmo tempo em que também regula a economia se colocando a postos do interesse do capitalismo monopólico, ele, o Estado burguês consegue encobrir sua gênese que é a luta de classes.

A política social possui funcionalidade ao capitalismo monopolista, pois suas funções econômicas conferem lucro ao capital na medida em que socializa para o conjunto da população os custos da manutenção e reprodução da força de trabalho “ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalistas/trabalhadoras; lançada no exército industrial de reserva, através dos sistemas de seguro social” (NETTO, 2006, p.31). No que diz respeito às políticas educacionais, principalmente as destinadas à profissionalização e a qualificação técnica, que ofertam ao capital força de trabalho cuja qualificação é custeada pela sociedade em geral. As políticas setoriais que requerem investimentos exorbitantes como, por exemplo, obras de reformas urbanas, construção civil na área habitacional dentre outras “abrem espaços para reduzir as dificuldades de valorização sobrevindas com a supercapitalização”

(MANDEL, 1976 apud NETTO, 2006, p.31) <sup>ii</sup>. À vista disso a política social é sem dúvida importante para o desenvolvimento do capitalismo, pois garante condições ao desenvolvimento do capital.

A intervenção do Estado frente às refrações da questão social são fragmentadas, parcializadas, pois apreender a questão social em sua totalidade processual é articulá-la a contradição da relação capital/ trabalho, o que contestaria a ordem vigente. As refrações da questão social são diluídas em problemas particulares, como, o desemprego, a fome, a falta de moradia e escolas, a incapacidade física, entre outros, isso é apreendido como uma disfunção da coesão social.

Segundo Netto, a política social não é uma resposta natural do Estado burguês, capturado pelo capitalismo monopolista, o Estado aponta a possibilidade, que só se concretiza das relações entre as lutas de classe. As políticas sociais são fruto também da capacidade de organização e mobilização da classe trabalhadora, mas incorre-se em um erro se colocamos essa dinâmica bipolarizada em Estado no capitalismo monopolista e mobilização da classe trabalhadora sem considerar os processos conflitantes que incidem sobre essa relação.

A dinâmica da ordem burguesa coloca em ultima instância que o indivíduo é responsável pela sua trajetória na vida, seja ela de sucesso ou fracasso, e a ação estatal, orientada a prover condições sociais para reprodução dos indivíduos, é atravessada por essa lógica. Cabe ao indivíduo o aproveitamento das oportunidades que lhe são dadas, isso implica que a concepção liberal se encontra presente no redimensionamento do Estado na era monopólica visto que culpabiliza os indivíduos por não conseguirem sair daquela situação.

Assim, as condições da intervenção estatal (no capitalismo monopolista) sobre as seqüelas da questão social são as mesmas que proporcionam engessar os indivíduos afetados por essa, numa perspectiva individualizante, que translada os problemas sociais em privados.

---

<sup>ii</sup> Um exemplo são as transformações que a cidade do Rio de Janeiro vem sofrendo para sediar os megaeventos internacionais da Copa e Olimpíadas.

Em situações determinadas esse enfrentamento é caracterizado com ênfase no cunho privado. Essa imbricação do ‘público’ e do ‘privado’ no marco monopólico não é consequência e sim uma conformação ídeo-política da classe burguesa ao instrumentalizar o Estado.

Contudo, a perspectiva pública no enfrentamento da questão social caracteriza o Estado na era dos monopólios, porém esse pode perfeitamente e ao mesmo tempo fazer uma junção da perspectiva pública e privada, ou até mesmo destacar a perspectiva privada, mas a trajetória histórica coloca que em nenhuma conjuntura o Estado se vale unicamente de uma ou outra perspectiva. A dialética do processo social na sociedade burguesa coloca a possibilidade de complementariedade das perspectivas “pública” e “privada”, mas também a complicada malha de relações e conexões (NETTO, 2006).

A expansão do capitalismo no estágio monopólico mercadoriza as relações sociais, coisificando as manifestações da vida privada, sem deixar de lado as individualidades que são produzidas e reproduzidas conforme as necessidades do capital. A psychologização da vida social, imanente a ordem monopólica se complementa com os processos sócio-econômicos e, sobretudo cria uma ideologia que vai legitimar a ordem burguesa. Ocorre assim, um novo tipo de relacionamento “personalizado” entre indivíduos e as instituições da ordem monopólica, pois quando estas não conseguem dar respostas às seqüelas da questão social, propõem em seus serviços um agir comportamental pautado em uma psychologização social.

A psychologização da vida social ratifica o discurso que metamorfoseia o fenômeno da violência de gênero em disfunções comportamentais e estas disfunções podem ser reajustadas através de trabalhos individuais com os sujeitos como, por exemplo, os grupos de reflexão voltados para homens que agrediram suas mulheres. Um discurso mais perverso coloca a culpa na mulher, ela é a responsável por se encontrar naquela situação, portanto cabe somente a ela romper com o ciclo da violência, este tratamento individualizante oculta à essência do

fenômeno que reside nas relações sociais patriarcais excludentes que naturalizam a dominação/exploração de um gênero sobre o outro.

O pensamento conservador datado do século XIX vai subsidiar o Estado na estratégica intervenção pautada na complementariedade entre o “público” e o “privado” no enfrentamento das expressões da questão social no estágio monopólico. A concepção de mundo da teoria positivista nada mais é do que a máxima explicação que legitima as relações sociais de produção na sociedade burguesa, posto que faz uma analogia da natureza com os processos sociais.

Ao fazer tal analogia, essa tradição teórica cultural retira o caráter da racionalidade humana, como se os sujeitos não fossem capazes de construir a história, ficando somente a possibilidade de se submeter às leis, logo lhes retirando seu caráter revolucionário de romper com o estabelecido modo de produção social e material existente. A concepção do ser social vem da concepção ético-moral (moralização), aí reside à dimensão teórico-metodológica que orienta a prática assentada na psicologização das relações sociais.

Diante disso, se transfere as expressões da questão social para o espaço do psicossocial e moral, dando ênfase na educação e espiritualidade, como é o caso das ações que lidam com a violência de gênero. A questão social para os pensadores desta corrente, sobretudo Durkheim (1984), é uma questão moral, para esses a sociedade é harmônica, constituindo uma coesão social, e se “algo” perturba e questiona tal coesão, é necessário o controle social através da esfera moral, construindo-se assim normas que devem ser incorporadas pelos indivíduos, o que reduzirá os comportamentos patológicos.

A consolidação da ordem monopólica possui processos econômicos, políticos e culturais que se correlacionam com a moralização e individualização dos problemas sociais, dando subsídios ético-políticos e técnico-operativos para a intervenção nas refrações da questão social sob a configuração “pública” e “privada” (NETTO, 2006).

A passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista conformou três processos, estes advindos do período liberal, quais sejam a constituição da classe operária para si, a operação estratégica da classe burguesa no social de modo conservador e o destaque de outros segmentos sociais. Esses fenômenos datados do século XIX e início do XX são elementares para a apreensão dos protagonistas sociais e seus projetos político- sociais na consolidação do capital monopolista.

A classe operária assume a condição de classe para si no recorte histórico de 1848. Constituindo um processo que solidificará, antes da 1ª Guerra Mundial, a prática política da classe operária urbana, que elaborará os dois instrumentos de intervenção na cena política, o sindicato e o partido proletário, instrumentos importantes que dão visibilidade coletiva a luta dos trabalhadores.

A crise demarcada na passagem ao estágio monopolístico possui entre outros fatores, desemprego massivo gerado da redução dos postos de trabalho, aumento da fome e da miséria. O movimento da classe operária se organiza com greves e mobilizações, e também como novo movimento sindical, influenciados pelo pensamento de Marx. Agora, o movimento dos trabalhadores identifica-se político-partidariamente com a social democracia, mas a aproximação com ideários de Marx se dá vulgarmente por um forte viés positivista.

Ainda assim essa aproximação enviesada permitiu uma referência ideal para a organização política, na medida em que almejam a superação via revolução da ordem burguesa, observando-se uma conjuntura cultural que coloca a perspectiva da luta de classe. É neste contexto que a luta da classe trabalhadora faz a burguesia recuar sua incessante busca de acumulação para realizar algumas concessões.

O enfrentamento as refrações da questão social passa a ser caso de política, a burguesia e o Estado são compelidos a reordenar a intervenção que outrora era eminentemente policialesca. Mas a classe trabalhadora organizada partidária e sindicalmente, com um



projeto político-social de sociedade obriga a classe burguesa a “ceder os anéis para não perder os dedos”. Embora os traços repressivos não sejam extintos, combina-se traços conservadores e reformistas para responder o redimensionamento histórico da questão social (NETTO, 2006).

O debate teórico exposto até aqui nos possibilita refletir e fazer uma mediação com a notícia narrada na introdução do presente trabalho, que evidencia o forte traço repressor e policialesco do Estado na atualidade ao intervir em uma das expressões da questão social que possui grande visibilidade na sociedade contemporânea brasileira, a violência urbana. O Estado com “braço forte”, preponderantemente militarizado, se coloca a postos para dar respostas ao fenômeno da referida violência.

Entretanto, as ações totalmente violentas e brutais, como é o caso da mulher negra que fora arrastada pela viatura da polícia militar, pretendem exterminar essa população pobre que desajusta a ordem social, ao passo que este mesmo Estado de “mão” pesada se vale de políticas sociais de antipobreza, sobretudo as de combate à fome, para esta mesma população pobre que “perturba” a” coesão social”. Assim, o Estado corrobora um mister de ações policialescas e execução de políticas sociais de cunho assistencial. As análises do item seguinte têm por objetivo contextualizar estas referidas políticas sociais na contemporaneidade.

## 1.2 POLÍTICA SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA

Estudar a particularidade das expressões da questão social no Brasil requer apreender a correlação de forças travadas no âmbito do Estado, ou em que medida o Estado avança ou recua na garantia dos direitos a partir da pressão exercida pelas classes sociais. Ressaltar a constituição da relação do Estado com a classe dominante assim como sua relação com a

classe trabalhadora, a fim de entender como se gestam suas intervenções por meio das políticas sociais.

A política social não é um mero desdobramento da política econômica apesar de ser parte intrínseca dessa. É importante salientar o risco de cairmos na análise fragmentada da política social, estudando somente seus elementos econômicos descolados dos aspectos sociais e, sobretudo dos políticos (PAIXÃO, 2010).

No Brasil o Estado tem se vinculado aos interesses da classe dominante, se mostrando como um aliado na manutenção da reprodução do sistema capitalista. Logo, as políticas sociais precisam ser entendidas dentro dessa conjuntura da histórica relação do Estado brasileiro com a burguesia nacional.

As políticas sociais estudadas nas sociedades capitalistas possuem uma relação embrionária com as políticas econômicas do Estado. As apreensões das políticas sociais numa perspectiva de totalidade as colocam nas contradições inerentes à sociedade capitalista, tendo como característica o estágio de acumulação do capital e sua relação com o Estado, no objetivo de atender parte das demandas colocadas pela classe trabalhadora para diminuir a estrutural desigualdade social.

Logo, a política social é fruto, e ao mesmo tempo compõem o modo de produção capitalista. É um espaço de conflitos e disputas dos interesses contraditórios das classes fundamentais. Não tem como se pensar política social fora do âmbito do Estado, que não é neutro possui claros interesses e busca legitimar-se para dar continuidade as suas intervenções na regulação da vida social.

A funcionalidade do Estado na sociedade capitalista só é passível de análise se o concebemos como parte constituinte de uma sociedade que (re) produz relações sociais assentadas na exploração de uma classe sobre a outra. Nesta perspectiva podemos vislumbrar o campo da correlação de forças e conflitos que perpassam o Estado. A correlação de forças

não se dá de forma equilibrada, o que repercute tanto na viabilização da acumulação da classe dominante quanto para avanço na conquista de direitos por parte das classes trabalhadoras.

Na sociedade burguesa o Estado é atravessado pela contradição da luta de classes, sobretudo as classes fundamentais, “e assim sendo, objetivado em instituições, com suas políticas, programas e projetos, apóia e organiza a reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações.” (YAZBEK, 2008, p.4) a organização estatal e suas especificidades terão rebatimentos na constituição e abrangência das ações desenvolvidas pelo Estado frente às demandas sociais que lhes são postas.

Desta forma as políticas sociais públicas não têm como ser apartadas da esfera política do Estado, o movimento é apreender a política social como parte constituinte das relações sociais, sendo assim uma das respostas do Estado às refrações da questão social, ficando na área de confronto dos interesses de grupos e classes sociais.

Tomar a questão social como referência para o surgimento e desenvolvimento das políticas sociais é questionar o modo de produção capitalista com sua estrutural reprodução de desigualdades sociais. Essas desigualdades possuem raízes na propriedade privada dos bens socialmente produzidos, ou seja, as políticas sociais emergem dentro de uma conformação econômica de exclusão (YAZBEK, 2001 apud YAZBEK, 2008, p.5).

A política social pública viabiliza aos trabalhadores usufruir de serviços sociais diversos que abrangem vários aspectos da vida social, econômica, cultural, política, dentre outros. Assim, materializa direitos conquistados a duras penas pela classe trabalhadora.

A política social no Brasil terá um divisor de águas após a promulgação da Constituição de 1988 que é a conquista de um sistema de Seguridade Social. Contudo esse avanço ocorre no período de transformações estruturais do ordenamento econômico do capitalismo contemporâneo. Essas mudanças afetam o mundo do trabalho, bem como atingem os sistemas de proteção social e a política social, posto que as novas regulações econômicas

incentivam a redução da responsabilidade estatal no que tange a esfera social para deixar a cargo do livre mercado a oferta dos serviços sociais.

Na contramão da importante conquista do Sistema de Seguridade Social referenciado na nossa constituição, a política social caminha para execução de políticas compensatórias e seletivas, voltadas para situações limites no que diz respeito à sobrevivência, focalizadas nos “mais pobres dos pobres” que não conseguem acessar os serviços sociais no livre mercado. A execução dessas políticas não operam na perspectiva do direito tampouco do fortalecimento da cidadania da população usuária, pois o acesso se dá pela comprovação de carências materiais e não pela condição de cidadania.

Porque no Brasil não é bem democracia, mas uma democracia de mercado. O que é central é o mercado, não o homem. [...] Por outro lado reina o consumo, que magnifica o ideal contemporâneo de ter, no lugar do ideal de ser [...] Por isso, na democracia de mercado o consumidor é mais que perfeito e o cidadão se contenta em ser usado. (SANTOS, 1996-1997, p.138)

Portanto, as transformações sociais advindas das mudanças nas relações entre o capital e o trabalho, da ofensiva neoliberal no âmbito político e econômico a nível mundial corroem o incipiente e iniciante sistema de Seguridade Social no país. O cenário que nos deparamos após a promulgação da constituição é o acúmulo de conquistas de direitos, sobretudo os direitos sociais, reconhecidos constitucionalmente em meio à chegada dos ajustes e reformas estruturais do capitalismo internacional sob a égide do neoliberalismo que atacam sistematicamente a materialização do sistema de seguridade social encontrado na carta magna (YAZBEK, 2008).

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social. (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Artigo 194, República Federativa do Brasil).

A trajetória da política social brasileira encontra na constituição de 1988 uma radical inovação, que é o sistema de seguridade social pautado na proteção social universal e democrática sob o primado da responsabilidade do Estado; por definição constitucional o sistema de seguridade integra as políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social, como instrumentos fundamentais para a garantia dos direitos sociais, o que pode viabilizar a prevenção e redução das vulnerabilidades e riscos sociais tendo como norte a universalidade e a perspectiva do direito no que tange as demandas sociais.

Os direitos individuais e coletivos ganharam nova configuração, introduzidos a partir do referencial teórico do Estado de Bem Estar Social (EBES) “No Brasil como sugerido antes, a inspiração do movimento de idéias que, convergindo com outros vetores, culminou na Constituição Federal de 88, veio da concepção Estado de bem-estar social.” (VIANNA, 2008, p.129). O artigo 194 que define a então redimensionada seguridade social, se pauta nos princípios do modelo Beveridge, a universalidade e integração das políticas sociais. Tal universalidade conseguimos formalmente, ou seja, na letra da lei, conquanto as políticas sociais sejam cada vez mais destinadas aos grupos sociais mais empobrecidos. Isso trás para o debate a conhecida dualidade do universalismo versus a focalização, tais perspectivas colocam em pauta a natureza e funcionalidade das políticas sociais nas sociedades capitalistas.

O século XX nos demonstra uma nova concepção de aliança entre liberdade e igualdade, a instituição do Estado de Bem Estar Social (EBES). Esse estabelece a primeira tentativa de garantir direitos sociais via a implantação de políticas públicas, a igualdade é referida a implantação de tais políticas, pois é um dever do Estado, sua responsabilidade, os serviços e bens sociais. Sua inserção também se encarrega na igualdade via a provisão de oportunidades para aqueles que não conseguem gerir suas vidas no livre mercado.

A liberdade continua sendo a ausência de obstáculos para o exercício da livre arbítrio, até mesmo as mazelas sociais são obstáculos ao exercício da liberdade, entretanto é o próprio

indivíduo responsável por seu fracasso social. A liberdade positiva do livre-arbítrio coloca a requisição não só de direitos políticos como também de direitos sociais.

Os sistemas de proteção social dos EBES mesclaram os princípios de liberdade e igualdade, sendo o modelo de Beveridge um misto da universalidade, contido em seu princípio, e da focalização expresso no seu objetivo, ou seja, o sistema de proteção opera de forma universal e contraditoriamente focalizada.

O entendimento da relação de liberdade e igualdade conjugada com a noção de cidadania substantiva e ampliada e universalidade das políticas é o que norteia a luta dos movimentos sociais no Brasil na década de 80 para a instauração de políticas sociais universais, inseridas no campo dos direitos sociais. Esse movimento ocorre paralelo ao processo de redemocratização do país (VIANNA, 2008).

O contexto econômico, social, cultural e político identificado na década seguinte à constituição da Seguridade Social no Brasil (1988) nos mostra a contra-reforma do aparelho estatal decorrente das transformações entre o capital e o trabalho, bem como as políticas econômicas internacionais de cunho neoliberais. Esse pano de fundo vai interferir na efetivação dos direitos conquistados na Carta Magna, pois se busca sucumbir os direitos de cidadania e a universalidade que regem, no plano formal, as políticas sociais do sistema de seguridade social.

O neoliberalismo assenta a igualdade como igualdade de oportunidades, todos precisam ter ao menos uma chance dentre as várias opções oferecidas para exercer seu livre arbítrio como cidadãos autônomos. A igualdade é o marco zero para todos aprenderem “o como fazer”, assim a universalidade dos serviços têm de habilitar os sujeitos para adquirirem suas autonomias, via serviços universais básicos (VIANNA, 2008).

A ideologia neoliberal concebe a política social como um instrumento que possibilite a então inovadora ideia do empreendedorismo somado ao assistencialismo. Essa nova

roupagem do assistencialismo pode ser identificada nos programas de transferência de renda aos extremamente pobres (VIANNA, 2008).

Esses são os pilares da política social na atualidade, eles são desdobramentos da ortodoxa política neoliberal seguidas fielmente pelos Estados no que tange a intervenção na esfera social. Ataca o cerne do incipiente sistema de proteção social que tenta a duras penas se consolidar no nosso país, qual seja a universalidade.

O novo padrão de intervenção do Estado frente às expressões da questão social, deixando tal responsabilidade a cargo do mercado e da sociedade civil é uma posição política hegemônica. Assim as políticas sociais são para a “inclusão social” dos sujeitos que fracassaram, ou seja, são paliativas na medida em que se restringem a individualizar as expressões da questão social, dando prioridade a ações de combate a miséria e autopromoção dos usuários. Não concebem a perspectiva de cidadania que não seja a do cidadão consumidor, tão pouco de direitos universais capazes de propor alternativas emancipatórias aos usuários das políticas sociais.

O grande desafio posto no gerenciamento e execução das políticas sociais é reconhecer o protagonismo dos seus usuários e viabilizar a participação desses através do exercício do controle social. Não podemos nos restringir a uma leitura endógena, onde só consideramos os êxitos do nosso trabalho, ou até mesmo as ações exitosas dos programas e projetos das políticas, pois nos transformaremos em profícuos gestores da pobreza despolitizados (YAZBECK, 2008).

Cabe salientar que a construção de uma nova ordem social, que possibilite a extinção da desigualdade social, determinará a superação da questão social, essa objeto da intervenção profissional do Serviço Social. Por isso é importante esses profissionais situarem crítica e historicamente a questão social, pois suas determinações econômicas, políticas e culturais

tangenciam o nosso exercício profissional inserido nas relações sociais de produção e reprodução.

O objetivo da pesquisa em compreender os cortes de gênero e raça identificados na constituição das expressões da questão social na contemporaneidade brasileira não poderia prescindir do estudo da processualidade histórica da questão social e da política social, visto que o movimento realizado até aqui é apreender as complexidades das relações sociais e suas imbricações no que tange o objeto de estudo.

A perspectiva macroscópica, totalizante, que explique a essência do real é para conseguirmos vislumbrar estratégias alternativas que transcenda o limite da ordem burguesa com vistas a sua superação na perspectiva de outra sociabilidade sem exploração-dominação de classe, gênero e raça.

### 1.3 VISITANDO A POBREZA NO BRASIL

O presente tópico tem por finalidade trazer para o debate as características da pobreza no Brasil e verificar seus cortes raciais e de gênero, assim como entender os nexos da dinâmica da (re) produção social postas na realidade que criam e recriam a pobreza no país.

Dentre as várias expressões da questão social a pobreza é a que espelha e sintetiza de maneira mais aguda a face mais perversa da desigualdade social imanente a sociedade capitalista. Na contemporaneidade ela ganha uma grande visibilidade na agenda da política pública, visto o crescente o investimento nas políticas antipobreza.

O estudo de elementos relevantes para conhecer a pobreza brasileira é necessário para a proposição e implantação das políticas públicas. “O desafio que se coloca hoje é, essencialmente, o de priorizar o gasto social focalizado nos mais pobres e garantir a



capacidade operacional para implementar e monitorar políticas antipobreza” (ROCHA, 2003, p.173).

Essa afirmativa da autora em focalizar uma política social pública nos mais pobres é um discurso que tem sua raiz no novo paradigma das políticas sociais nos dias atuais, como mostra a discussão encontrada no tópico precedente. Rocha (2003) concebe a pobreza, entendida aqui como uma refração da questão social, somente no âmbito de quem mais sofre com ela “os mais pobres”, e não como componente intrínseca do modo de produção capitalista.

Usualmente a pobreza e a indigência são associadas à carência de alimentos, mínimos necessários para a sobrevivência, porém isso é um equívoco visto que os pobres e indigentes são definidos por sua renda e não por sua situação nutricional. Mesmo que os indigentes sejam classificados por não possuírem uma renda familiar per capita que lhes possibilite usufruir de uma alimentação mínima adequada, eles não são necessariamente subnutridos, porém não possuem acesso a uma alimentação capaz de suprir suas necessidades elementares.

É notório que entre os indigentes aqueles que passam fome se encontram em uma situação bem mais agravante, mensurar o tamanho desta população requer a análise de indicadores físicos, como, por exemplo, a mortalidade infantil e não análises de indicadores vinculados à renda. Contudo o combate à fome e à subnutrição perpassa a questão da renda, especificamente as políticas de saúde na esfera da atenção básica direcionada às populações que sofrem uma maior incidência com os problemas de subnutrição e mortalidade infantil.

Assim, a subnutrição é uma especificidade do conceito mais amplo de pobreza. No Brasil uma significativa parcela da população não consegue o mínimo para satisfazer suas necessidades básicas e segundo Rocha (2003) esse indicador é relevante para conceituar a pobreza no país como pobreza absoluta.

Cabe salientar que a análise crítica acerca da pobreza e da questão social referidas nos itens acima é totalmente diferente da discussão desenvolvida por Rocha (2003). A perspectiva crítica que estuda a pobreza e a questão social apreende o desenvolvimento e a reprodução da pobreza dentro das relações sociais de produção, bem como a luta na correlação de forças travadas pelos sujeitos sociais, contudo os dados que Rocha nos apresenta são elucidativos para conhecermos a população mais pauperizada do país.

De acordo com Rocha (2003) as necessidades básicas ultrapassam as necessidades de subsistência alimentar, sendo um conjunto de necessidades essenciais sem o qual o indivíduo não consegue se reproduzir socialmente em um contexto socioeconômico determinado.

Frequentemente se estipula um mínimo expresso em valores monetários, este mínimo representa o dispêndio da satisfação das necessidades elementares concernentes a esfera privada, ou seja, um conjunto de gastos que garante um mínimo de bem-estar, esse mínimo é suscetível a variações regionais e temporais, também conhecido como “linha de pobreza”. É somado também a esses critérios da renda aspectos da condição de vida que não necessariamente esteja vinculado imediato e diretamente à renda, como condições de saneamento básico e acesso a outros serviços públicos elementares. Logo, a pobreza não se mensura estritamente pela renda e sim adjetivada a outras carências das condições de vida.

A autora discute a pobreza estritamente no âmbito dos déficits da aferição da renda bem como das carências da qualidade de vida dos sujeitos pobres, ou seja, a análise gira em torno dos indivíduos e/ou das suas famílias. Sem desconsiderar a importância do protagonismo dos sujeitos em face da construção das suas próprias trajetórias de vida e a potencialidade das mobilizações coletivas para intervir e mudar a realidade, a análise que associa a desigualdade de renda como um simples problema de má redistribuição de renda escamoteia a gênese do fenômeno que reside na abissal concentração de riqueza, que, por conseguinte engendra a desigualdade social, a dinâmica das relações sociais que (re)

produzem as desigualdades sociais na sociedade burguesa, como é a nossa, já fora discutida nos itens anteriores.

A perspectiva que caminha na contramão da adotada por Rocha (2003) contextualiza as características da pobreza na sociedade burguesa. Nas sociedades de produção abundante, onde o desenvolvimento das forças produtivas daria conta de suprir as necessidades de todos se as relações sociais de produção não fossem assentadas na exploração de uma classe sobre a outra, que não é o caso das sociedades capitalistas, tendo em vista que esta sociedade possui uma contradição intrínseca que produz socialmente a riqueza em um pólo e se apropria privadamente desta riqueza o que gera a pobreza e a miséria no pólo oposto, desta forma a desigualdade social é condição *sine qua non* para o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Portanto não é uma insuficiência ou um problema de desajuste do desenvolvimento econômico e sim um processo perverso em que a desigualdade faz parte do processo de produção da riqueza apropriada privadamente. Uma dinâmica que concilia a produção farta de bens produzidos coletivamente em meio ao empobrecimento da maioria da sociedade.

De acordo com Rocha (2003), a pobreza deve ser concebida no âmbito da família, esta representa um núcleo que possibilita o consumo e o rendimento, essa concepção difere das análises que evidenciam somente a renda individual. Assim, se estabelece um valor padrão da renda familiar per capita, as famílias que se encontram abaixo desse valor são consideradas pobres. Sistemáticamente são realizadas pesquisas sobre o orçamento das famílias brasileiras e a partir do resultado dessas pesquisas é que se estabelecem os parâmetros de renda para caracterizar os indivíduos pobres e não-pobres.

A persistência da pobreza absoluta está embrionariamente ligada à desigualdade, visto que a pobreza absoluta no país decorre da alarmante concentração de renda. Dentre os indivíduos com mais de 10 anos de idade que possuem algum rendimento, constata-se que 1%

dos mais ricos se apropriam de 13,5% do rendimento total da nação, enquanto que esse mesmo valor foi apropriado por 50% dos mais pobres. A situação se complexifica se desmembrarmos os indicadores em renda familiar *per capita* “pois resulta da repartição solidária do rendimento no interior das famílias: ao 1% das pessoas com renda familiar *per capita* mais alta correspondem 13,9% da renda total, enquanto os 50% com rendas mais baixas se apropriam de apenas 12% da renda total.” (ROCHA, 2003, p.178) <sup>iii</sup>.

Devido a esta concentração de renda, o coeficiente de Gini no Brasil é um dos mais elevados do mundo, portanto a diretriz da política pública que visa à redução da extrema pobreza no Brasil não pode se pautar exclusivamente em subsidiar o aumento da renda desta população mais pauperizada sem tocar na profunda concentração de renda existente no país.

Em consequência dessas desigualdades na repartição da renda, os coeficientes de Gini associados às distribuições de renda no Brasil são dos mais elevados do mundo-0, 576, quando se tem por base o rendimento das pessoas, e 0, 612, quando se trata do rendimento familiar per capita, 1999- em total descompasso com o que se verifica em países de nível de renda similar. (ROCHA, 2003, p.178).

A profunda desigualdade de renda é verificada tanto em momentos de expansão quanto em momentos de recessão econômica, tal desigualdade na redistribuição de renda deveria ser levada em conta ao se formularem políticas públicas no país. A pobreza absoluta pode ser reduzida através do aumento da renda com melhorias na sua redistribuição, porém a desigualdade da renda necessita ser analisada com foco em si mesma, posto que as políticas públicas que objetivam aumentar a renda, sem tocar na redução da desigualdade da mesma estarão somente enxugando gelo (ROCHA, 2003).

A processualidade histórica da pobreza reitera-se como uma refração da questão social, reproduzida no e pelo modo de produção capitalista, desvela que esse modo de produção não possui um desenvolvimento precário, mas sim um desenvolvimento que não se mantém sem gerar desigualdade e pobreza. Quanto mais as forças produtivas se desenvolvem

---

<sup>iii</sup> “Os dados que seguem correspondem a 1999 e foram derivados por Hoffmann (2001a) a partir da Pnad.” (ROCHA, 2003, p.178).

maior é a reprodução ampliada do capital e consequentemente maior é a (re) produção da pobreza tanto relativa quanto absoluta <sup>iv</sup>. A riqueza produzida pela classe trabalhadora é apropriada pela burguesia, ou seja, é a exploração de uma classe que é expropriada dos bens socialmente produzidos por ela. Logo nas sociedades capitalistas não se identifica escassez, muito pelo contrário, a riqueza é abundante e socialmente produzida, contudo apropriada por poucos, o que gera a profunda desigualdade social como a pauperização absoluta ou relativa.

A desigualdade de renda verificada no Brasil contemporâneo intensifica os conflitos sociais em uma escala crescente, especificamente nas áreas urbanas das metrópoles do país, pois as discrepâncias da renda e consequentemente do poder aquisitivo são percebidas mais claramente. Uma das estratégias para intervir neste emblemático cenário são as políticas públicas que operacionalizam as ofertas de serviços sociais elementares, de abrangência nacional, sendo um dos mecanismos para materializar a distribuição de renda.

De 1970 a 1999 o país passou por um processo de modernização e urbanização, aliado a esse processo a pobreza se acentua nitidamente nas áreas urbanas das capitais. Os pobres urbanos representam 80% do total de pobres brasileiros (ROCHA, 2003).

A partir dessa nova geografia da pobreza, esta se torna mais notória e acirra os conflitos sociais por colocar em evidência as extremas desigualdades de renda e riqueza entre os ricos e os pobres que vivem nas áreas urbanas das capitais. As políticas públicas se vêem compelidas a criarem estratégias de intervenção que abarquem a crescente heterogeneidade que assume a pobreza nas áreas supracitadas.

A variável regional da pobreza não se modifica, os indicadores de renda e/ou qualquer indicador que mensure as condições de vida tanto dos sujeitos quanto os de sua família revelam que o número de pobres é maior na região Norte e Nordeste enquanto que na região

---

<sup>iv</sup> Segundo Rocha (2003) o conceito de pobreza absoluta se refere às questões de subsistência física, ou seja, o não acesso as necessidades vitais, já o conceito de pobreza relativa se reporta a definição de necessidades possíveis de serem satisfeitas comparadas ao vigente padrão de vida social da maioria da sociedade, ou seja, é uma população relativamente pobre, mas que possui suas necessidades elementares garantidas.

Centro-Sul os números são menores. Logo, as mudanças econômicas e sociais que o Brasil vivenciou nestes trinta anos não deram conta de mudar e sequer superar o legado de marginalização e empobrecimento da população pobre que se encontra no eixo Norte-Nordeste (ROCHA, 2003).

O Brasil é um país de proporções continentais, com imensas diferenciações regionais, isso tanto no âmbito físico quanto no âmbito econômico, político, cultural e social. Portanto é explicável a heterogeneidade dos indivíduos e famílias pobres, pois os mesmos apresentam características diversas relacionadas à sua ocupação espacial.

Os pobres localizados nas áreas urbanas das regiões metropolitanas possuem em sua maioria as mulheres como chefes das famílias. A maioria destas mulheres chefes de famílias é empregada com carteira assinada, inseridas no setor de comércio e serviços desempenhando atividades de baixa produtividade e rendimento nestes setores.

As principais metrópoles executam ações antipobreza a partir da inserção no mercado de trabalho, as medidas mais comuns têm por objetivo aumentar o nível de escolaridade aliado a qualificação para o mercado de trabalho. Os programas sociais operam na tentativa de combater a evasão escolar; melhoria do ensino público; criação e expansão de creches e pré-escolas nos domínios mais pobres. As políticas antipobreza apostam na educação para a mudança da realidade das populações pobres, sobretudo os pobres que se encontram nas áreas urbanas das grandes cidades.

De acordo com Rocha (2003) a redução da pobreza absoluta e da desigualdade de renda em longo prazo não se efetiva sem mudanças estruturais que fortaleçam o acesso ao ensino público de boa qualidade para os mais pobres. Os estudos realizados na área constataam que a desigualdade de renda, analisada a partir dos rendimentos do trabalho, é gerada prioritariamente por desigualdades dos níveis de educação entre as pessoas e não por uma diferença de classe social e/ ou raça (AMADEO, 1994 apud ROCHA, 2003, p.184).

Seguindo essa linha de pensamento, a desigualdade de renda, fator determinante para a manutenção da pobreza absoluta no país, se desenvolve a partir das desigualdades de escolaridade e esta desigualdade se reproduz através dos laços geracionais. As evidências empíricas possibilitam inferir a relação medular entre pobreza e escolaridade, havendo o predomínio de baixo nível de escolaridade entre os sujeitos mais pobres (BARROS; MACHADO & MENDONÇA, 1997 apud ROCHA, 2003, p.184).

O nível educacional inferior a quatro anos de escolaridade dos chefes das famílias mais pobres é a variável determinante da possibilidade da família e seus componentes serem pobres. A educação, ou melhor, a sua ausência, constitui o pilar da pobreza absoluta no Brasil, sendo mais importante que as variáveis de sexo e/ou cor (ROCHA, 2003).

A autora afirma que é importante considerar a heterogeneidade que assume a pobreza no Brasil, entretanto o caminho percorrido para apreender tal diversidade se restringiu a exames dos indicadores que mensuram tão somente as diferenças regionais, geracionais e dos níveis de escolaridade da população classificada como pobre. Incorre um limite o seu estudo, visto que segrega os indicadores de gênero e raça, estes indicadores são de suma importância tanto para desvelar a “cara” da pobreza no Brasil quanto para propormos políticas estratégicas capazes de mudar o complexo cenário social, visto que as relações de desigualdade de raça e gênero não são residuais, mas estruturam as relações sociais concretas.

A renda é um instrumento capaz de evitar a pobreza, a obtenção da renda advém da inserção no mercado de trabalho, contudo a realidade do cenário do mercado de trabalho brasileiro é muito adversa em virtude dos baixos salários pagos, inclusive a trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho (ROCHA, 2003).

A velocidade da especialização das funções dos trabalhadores desdobra em uma drástica redução dos postos de trabalho combinado a um aumento significativo de trabalhadores mais qualificados se comparado o total dos trabalhadores ocupados. O saldo

desta situação é a expansão da informalidade e a expulsão dos trabalhadores com pouquíssimo grau de instrução do mercado de trabalho formal.

De 1996 a 2001 foram extintos 1,3 milhão de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com menos de quatro anos de escolaridade, em seis regiões metropolitanas responsáveis por 30% da população brasileira. (ROCHA, 2003, p.186).

A complexa situação dos trabalhadores com baixo nível de escolaridade coopera para a expansão da pobreza nas áreas urbanas das grandes metrópoles, ademais a crescente pobreza impossibilita o aumento da renda e consequentemente o desenvolvimento econômico bem como a manutenção dos altíssimos níveis de desigualdade de renda, desigualdade essa que mantém a pobreza absoluta em nosso país (ROCHA, 2003).

Para Rocha (2003) as iniciativas para a reinserção dos trabalhadores pouco qualificados no mercado de trabalho são limitadas a inclusão em subsetores da construção civil, visto que a experiência internacional revela resultados ínfimos quando se trata de qualificar os trabalhadores menos instruídos e mais velhos, voltando às ações de aprendizagem e aprimoramento para a população mais jovem. Os excluídos do mercado de trabalho, cada vez mais especializado, são o público- alvo de políticas assistenciais de inclusão.

De acordo com a autora, os programas com a prerrogativa de combater a pobreza necessitam manter o foco na população mais pobre, pois essa população é caracterizada por sua grandeza quantitativa, bem como por sua heterogeneidade. Tais políticas públicas de combate a pobreza devem conceber a pobreza como carências diversas, não limitando sua causalidade a uma análise simplista reduzida a insuficiência de renda. O público-alvo das referidas políticas são as famílias, o que requer ações integradas e complementares a fim de maximizar os resultados com a melhoria do bem-estar dessas famílias em meio a poucos recursos destinados a política.



Com base na discussão de Rocha (2003) podemos inferir que a autora concebe a pobreza como um problema estritamente de distribuição e desigualdade de renda e não gerada por uma desigualdade advinda da concentração de riqueza. A fundamentação da questão social, sendo a pobreza uma expressão da mesma, é deslocada do âmbito econômico, ao passo que o estudo não problematiza quais os fundamentos da produção e reprodução da pobreza. Superestima a esfera da política, visto que a análise recorre quase que na maioria das vezes a uma relação que se restringe a questão de distribuição de renda monetária entre o Estado e a população pobre, no contexto adverso do cenário das crises do capitalismo contemporâneo, onde o Estado desloca poucos recursos para os gastos sociais.

Embora os dados supracitados sejam relevantes para o debate da pobreza no Brasil, Rocha (2003) ao tentar traçar o perfil da população pobre deixa uma lacuna enorme em desconsiderar a importância do gênero e da raça. Apesar de endossar o quão importante é reconhecer a diferença regional e cultural das famílias pobres brasileiras, ela não constata se são os homens ou as mulheres que compõem a maioria da população pobre tão pouco a cor e/ou raça dos pobres brasileiros, e o faz por sobreestimar os indicadores de educação em detrimento dos indicadores de gênero e raça.

#### 1.4 DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Ainda percorrendo o caminho para apreender as várias faces da desigualdade constitutivas da sociedade capitalista, recorreremos a análises que possibilitam aclarar o debate acerca da dominação masculina e da desigualdade e violência de gênero, posto que as mulheres em geral e as mulheres negras em particular são as mais penalizadas dentro desta estrutura de sociedade patriarcal excludente.

Segundo Pateman (apud SAFFIOTI, 2011, p.53) o pacto original consiste na dominação masculina sobre a feminina, tendo o homem acesso sexual constante ao corpo da mulher. Logo esse pacto original é um contrato tanto social quanto sexual. É social no que concerne a legitimidade do direito do homem sobre a mulher, direito este patriarcal. Já o contrato sexual possibilita ao homem a hora que ele bem entender usufruir do corpo da mulher. O pacto original compõe o patriarcado moderno.

As dinâmicas das relações patriarcais, com suas hierarquizações e robustas estruturas de poder estão presentes em toda a sociedade, seja na esfera privada ou na esfera pública. Tais esferas estão imbricadas ao analisarmos sobre o prisma da perspectiva de totalidade, ou seja, a liberdade na sociedade civil é constituída e reproduz o patriarcado. O contrato sexual é firmado entre homens, a centralidade reside na liberdade do homem e na sujeição da mulher. A diferença sexual é transformada em diferença política e o patriarcado é uma expressão do exercício do poder político dos homens sobre as mulheres pelo simples fato de serem homens.

O patriarcado é a dominação masculina que se constitui em uma relação política, ou seja, uma relação construída socialmente de dominação do homem e sujeição da mulher. A ideologia patriarcal coloca essa relação como natural retirando seu caráter histórico e social.

As sociedades constroem imagens acerca do feminino e do masculino, ora não podemos falar então que existem sociedades sem gênero. O feminino e o masculino se dividem socialmente no tocante ao trabalho, portanto há uma divisão sexual do trabalho, essa divisão opera segundo a elegibilidade do sexo.

As várias compreensões sobre os direitos humanos freqüentemente trabalham com a concepção de não colocar o debate em análises individualizantes, porém é necessário reconhecer as especificidades dos grupos o que não quer dizer que se deva recorrer a uma fragmentação, por isso que hoje já encontramos estudos que tratam dos direitos humanos das mulheres. Caminhando nesta perspectiva se almejam também a ampliação e materialização da

cidadania a outros grupos historicamente discriminados como os negros, os pobres, os homossexuais dentre outros. A alteridade é o cerne dessa nova sociabilidade que coloca para o cidadão a obrigação de respeitar o outro em qualquer circunstância e independentemente da sua cor e/ou raça, classe social e gênero.

O patriarcado está presente em várias culturas, nestas podemos identificar diferentes níveis do domínio dos homens sobre as mulheres, essas são criadas socialmente para difundir a ideologia patriarcal na medida em que educam seus filhos e até mesmo outras crianças que estão próximas do seu convívio reiterando as relações de dominação e desigualdade de gênero.

Embora não possamos dizer que as mulheres são cúmplices do patriarcado sem sombra de dúvida elas colaboram para sua perpetuação. Note que não estamos culpabilizando as mulheres por reproduzir as relações patriarcais, somente salientamos que as relações patriarcais são naturalizadas na sociedade o que faz com que as mulheres não só internalize e repasse aos seus filhos uma educação que endossa a dominação de gênero bem como na maioria das vezes não identifica que ela própria está em uma situação de desigualdade e/ou violência de gênero tendo em vista a naturalização destas relações sociais.

Conceber a dimensão da historicidade do patriarcado como um fenômeno construído socialmente é de suma importância para a apreensão da dominação masculina dentro da dinâmica das relações sociais, assim podemos desvelar adequadamente as questões que estão imbricadas no patriarcado.

Patriarcado é um pacto dos homens para manter a opressão das mulheres. Neste sistema da dominação masculina as mulheres são reduzidas a objetos sexuais, reprodutoras de força de trabalho. A sujeição das mulheres envolve também a submissão em prestar serviços sexuais aos seus dominadores, essa junção de dominação e exploração caracteriza-se em opressão.

A base material do patriarcado encontra-se nos ínfimos postos de trabalho bem remunerados e prestigiosos das mulheres se comparado ao dos homens, bem como o escasso acesso a uma educação de boa qualidade.

A exploração chega ao ponto de os salários médios das trabalhadoras brasileiras serem cerca de 64% (IBGE) dos rendimentos médios dos trabalhadores brasileiros, embora, nos dias atuais, o grau de escolaridade das primeiras seja bem superior ao dos segundos. (SAFFIOTI, 2004, p.106).

A dominação e exploração são fenômenos com interfaces, assim a base material do patriarcado não diz respeito tão somente às questões das desigualdades salariais, ocupacionais e representatividade nas atividades de prestígio, bem como no espaço político. A interface do patriarcado também reside no controle da sexualidade da mulher e da sua capacidade reprodutiva, o que constituem também a base material do patriarcado.

No patriarcado as relações sociais são hierarquizadas entre sujeitos submersos em uma relação desigual, à medida que o gênero abarca também as relações igualitárias. Logo o patriarcado é uma especificidade social e histórica das relações de gênero.

A medula espinhal do patriarcado é o controle e o medo. A cultura patriarcal de dominação/exploração é o controle, esse valor é tangencialmente identificado em todas as áreas do convívio social. O filme estadunidense *The Color Purple* (A Cor Púrpura) de 1985 dirigido por Steven Spielberg exemplifica muito bem as relações de poder patriarcais. A história de uma adolescente de 14 anos que é violentada pelo pai e tem dois filhos dele. A adolescente é separada dos seus filhos e da sua família quando seu pai a vende para um homem que a trata brutalmente como uma escrava.

O capitalismo mercantilizou todas as dimensões das relações sociais, inclusive as de gênero. Também endossou a discriminação e a perpetuação das estruturas de poder no tocante às questões de raça/etnia. Os estudos que se debruçam sobre as relações de gênero não podem prescindir das análises da reconstrução da totalidade, tendo como eixo norteador o lugar

demarcado historicamente das categorias sociais de raça/etnia, classe social e o próprio gênero sendo estas as estruturas elementares da sociedade.

Desde os primórdios podemos identificar a exploração feminina no âmbito econômico aliado ao controle da sexualidade, se quisermos alargar o escopo da análise o racismo e o sexismo também configuram inter-relação. Essa exploração-dominação ocorre antes da emergência do modo de produção capitalista, contudo esse se apropria e reforça a desigualdade feminina e racial, bem como as demais desigualdades sociais.

Como se pode verificar facilmente nas cadeias produtivas nacionais e internacionais, as mulheres predominam nos estágios mais degradados da terceirização ou quarteirização. A Nike, por exemplo, usa mão de obra feminina oriental, trabalhando em domicílio e recebendo quantias miseráveis. (SAFFIOTI, 2004, p.129)

Os estudos que abordam o tema da força de trabalho feminina no estágio do capital globalizado constataam a subordinação exacerbada desta força de trabalho, muitas mulheres estão sujeitas a condição análoga de trabalho escravo como a citação supramencionada nos informa, logo quanto mais refinada as estratégias de exploração do capitalismo mais as relações assentadas na dominação de gênero exasperam. Dominação essa que não tem sua origem no modo de produção capitalista, contudo esse a perpetua e agudiza.

O conceito de patriarcado relacionado às estruturas de poder da dominação masculina recebe diversas críticas, dentre elas, estão a frequente generalização das mulheres, posto que não considera as diferenças sociais, constituindo um limite para as análises. Outra crítica que o referido conceito recebe é sua omissão no que tange a articulação da desigualdade do gênero com outras desigualdades sociais estruturantes da sociedade.

Segundo Walby (apud ALMEIDA, 1998, p.156) o patriarcado não se restringe a um mecanismo de dominação ou a uma simplista análise de desigualdade do poder, porém o patriarcado é parte constituinte do modo de produção social, podendo identificá-lo na esfera

pública e privada. A autora chega a formular um conceito de “modo patriarcal de produção”, este se reproduz articulado a outro modo de produção, o modo de produção capitalista.

Contudo Almeida (1998) afirma que a autora supramencionada incorre em um erro metodológico por conceber a realidade como duas partes, ou seja, o modo de produção capitalista conviveria, ainda que marcado por uma convivência contraditória, com o modo de produção patriarcal, posto que os dois modos tenham interesses diversos e contraditórios acerca do trabalho feminino.

O trabalho de Walby contribui para o debate do conceito de patriarcado, a partir das determinações históricas das relações patriarcais verificadas no modo de produção e a constituição dessas relações no âmbito doméstico. A referida autora analisa a articulação do capitalismo com o patriarcado ao afirmar que de todos os elementos que constituem as relações patriarcais o trabalho assalariado é o mais importante. Assim Walby endossa a dualidade da esfera da produção x reprodução análoga ao trabalho assalariado x trabalho doméstico (ALMEIDA, 1998).

Alguns autores que estudam tal temática usam a categoria gênero, ou seus desdobramentos (desigualdade de gênero; relações de gênero; diferenças de gênero) e patriarcado como um referencial analítico, entretanto para Walby o patriarcado é um método através do qual se consegue extrair mais valia, além de constituir um papel fundamental na determinação das diversas relações de gênero. Ademias, o patriarcado segundo a autora, é um dos mais importantes organizadores das relações de classe (ALMEIDA, 1998).

A perspectiva exposta acima nos dá elementos para trabalharmos as relações sociais e suas respectivas desigualdades no modo de produção capitalista para além do escopo econômico, visto que o patriarcado constitui a matriz de outras relações de gênero, o gênero que por sua vez possui papel elementar nas relações de classe “Como afirmam Saffioti e Almeida (1995), a ampliação do campo das determinações não significa a indeterminação; ao

contrário, possibilita a apreensão da complexidade contraditória do real.” (ALMEIDA, 1998, p.157).

O conceito de simbiose patriarcado-capitalismo é relacionado às análises teóricas, com uma intrínseca ligação as determinações econômicas. A utilização da simbiose confronta as análises dualistas da realidade, além de inovar ao apreender a lógica do modo de produção capitalista como contraditória e incorporar o racismo como uma das dimensões representantes do sistema de dominação-exploração deste modo de produção.

A ontologia relacional é uma necessidade para se pensar a forma feminista de fazer ciência. O gênero é uma categoria analítica relacional e também um processo social que não deixa de ser relacional. Logo, o conceito que abarca as relações de gênero deve entendê-las como produto e produtores das relações sociais em sua totalidade, bem como as transformações históricas que incidem sobre as relações de gênero e seu lugar nesta realidade emblemática. Com isto o lugar que o sujeito ocupa pode ser transformado, reescrevendo uma nova ontologia sem desconsiderar as estruturas que o fundamentam (SAFFIOTI, 1992 apud ALMEIDA, 1998, p.161).

Nenhum conceito é tão completo que sozinho consiga explicar o movimento de representação da complexidade da realidade. Thompson recorre a Sartre para endossar a discussão sobre conceitos pelo viés da aproximação e validade dos conceitos históricos, bem como a generalidade e elasticidade dos mesmos, esses possuem um caráter de expectativas bem mais do que regras (THOMPSON, 1981 apud ALMEIDA, 1998, p.161).

A renovação e reatualização das leis patriarcais, em meio a distintos modos de produção é uma problemática a nível teórico e /ou político muito importante, pois se trata de um debate acerca de um fenômeno de características e dimensões universais. Este fenômeno constitutivo da totalidade é importante para o entendimento do caráter estrutural das reproduções sociais que colocam a mulher no lugar de subordinação. A totalidade concreta,

como já fora explicitado, não tem por objetivo apreender todas as dimensões da realidade, entretanto almeja desvelar a realidade em sua concreticidade.

É importante estudar o patriarcado visto que ainda não se verificou na história sua superação enquanto estruturador das relações de exploração-dominação das mulheres. Logo, se a realidade não é engessada e cristalizada, estudá-la requer a análise da sua gênese, do seu movimento e desenvolvimento que a determinará historicamente.

Seguindo o movimento desta apreensão do real, o patriarcado constitui a produção e reprodução das relações antagônicas de gênero, este por sua vez não é uma estrutura imutável e/ou externa a dinâmica social, é, sobretudo, uma dimensão privilegiada do campo de embate de forças de uma determinada realidade, que é paulatinamente transformada pelos sujeitos sociais. As relações de gênero, o patriarcado, as estruturas das sociedades de classes capitalistas somadas às relações étnico-raciais são categorias sociais que se complementam e essa complementaridade enriquece a análise na medida em que evidenciam as dinâmicas e as estruturas da subalternidade da mulher, essa deve ser concebida como um sujeito contraditório, multifacetado e singular que compõem o coletivo (ALMEIDA, 1998).

Modificações significativas no que diz respeito às relações de gênero são construídas em espaços públicos que possibilite a negociação democrática da formulação e execução de políticas sociais, essa correlação de forças é interpelada por contradições e marcada por relações de gênero, classe, raça/etnia, dimensões essas que estruturam as desigualdades sociais. O esforço de análise e intervenção na realidade é com vistas à construção de uma nova sociabilidade que potencialize cada vez mais as lutas coletivas por conquistas e garantias dos direitos. Essa é uma estratégia para romper com as desigualdades de classe, gênero, raciais e tantas outras que se fizerem pertinentes.



## **2 BREVE RADIOGRAFIA DA SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL.**

### **2.1 REVISITANDO A HISTÓRIA DO RACISMO NO BRASIL**

Índias e negras foram escravizadas durante o Brasil colônia até o final do século XIX. Após esse século a exploração está presente até hoje. A imagem da mulher negra, mormente é vinculada à sexualidade, à permissividade da exposição do corpo aliado ao estereótipo da mulata, sobretudo no período de comemoração nacional conhecido como carnaval.

Estes dois grupos sociais referidos acima geralmente estão marginalizados, subalternizados como força de trabalho barata na área rural e urbana. Suas condições de trabalho são precárias, bem como o acesso à saúde e educação.

O Brasil é o segundo país com a maior população negra a nível mundial. Porém, a abolição da escravidão não assegurou que os negros pudessem se inserir de forma igualitária aos brancos no mercado de trabalho e no acesso à educação. Os filhos dos negros herdaram os lugares sociais que outrora ocupavam seus pais. Ainda que as gerações futuras interrompam este ciclo de desprestígio social, o racismo reitera a desigualdade da posição social do negro. A questão se complexifica quando agregamos os indicadores de gênero e raça à análise.

Assim, o legado sócio-racial que impõem obstáculos à mobilidade social dos negros é expressivo na educação da mesma forma que ocupações em postos de trabalho. Este contexto possui claros desdobramentos na inserção da população negra referente ao mercado de trabalho.

Segundo os dados da PNAD 2009, os rendimentos dos pretos e pardos brasileiros são, em média, 40% menores do que os dos brancos. E, na medida em que aumenta a renda, o quantitativo de negros diminui, na proporção inversa. As discriminações raciais presentes na educação e no mercado de trabalho não se localizam apenas nas condições históricas desfavoráveis. O quadro de marginalização econômica dissocia-se do

aspecto puramente social e alia-se a um importe referencial de discriminação racial. (SILVA & HERINGER, 2011 p.270).

No século XIX, a Europa produziu grande sistematização científica sobre o tema da raça. Foi neste cenário que distintas correntes teóricas diferenciaram as raças, o que fecundou legitimidade científica para as práticas racistas na modernidade. As teorias afirmavam que os problemas de ordem social e econômica estariam ligados à herança e/ou genética inferiores de determinadas raças. Esse pensamento se disseminou em nosso país através da literatura e das ciências sociais. As elites brasileiras acreditavam que os europeus eram racialmente superiores a nós.

O estágio de avanço tecnológico e desenvolvimento econômico e intelectual em que se encontrava a Europa no final do século XIX comparados à nossa realidade serviam para corroborar as teorias de que viver num clima tórrido e formado por uma mistura de raças significava incapacidade de desenvolvimento tecnológico, econômico ou intelectual. Farta era a literatura que reiterava este pensamento. (SILVA & HERINGER, 2011, p.271).

Imbuídos da teoria do darwinismo social, aliado à concepção da superioridade da raça ariana os intelectuais propunham o embranquecimento da população, esse era o embasamento que fundamentava as políticas de embranquecimento majoritariamente por meio de ações ao incentivo da imigração dos europeus. Os intelectuais brasileiros do século XIX foram influenciados por essas correntes teóricas, o que repercutiu diretamente nas políticas públicas.

No Brasil os autores Gilberto Freyre (1977) e Arthur Ramos (1946) iniciaram as discussões sobre o culturalismo. A corrente culturalista foi uma objeção à tentativa de embranquecimento da população. (SILVA & HERINGER, 2011).

Gilberto Freyre imbuído da corrente culturalista trás para o debate teórico uma nova concepção do dilema racial. Segundo o autor, nossa cultura não é inferior à cultura européia, somos um povo mestiço e nossa cultura não é subalterna devido a isso. O racismo científico cede lugar para a tese de que vivemos uma democracia racial sem conflitos. O racismo é

jogado para debaixo do tapete ainda que as lideranças do movimento negro denunciem sua sobrevivência.

A partir da obra de Gilberto Freyre a mestiçagem deixa de ser estigmatizada e desvinculada ao atraso econômico. No tocante a mulher negra o autor irá criar um ideário de mulher sensual, totalmente vinculado à sexualidade. Verificamos a apropriação desse ideário nas artes literárias, dramaturgia, músicas dentre outras.

O caráter simbólico que esses estudos científicos imprimem são marcadores imprescindíveis para entendermos as questões raciais e de gênero que nos revela o lugar social onde se encontra a mulher negra. Lugar esse permeado por desigualdades materiais e imateriais.

As desigualdades da nossa sociedade são constituídas por uma grande dificuldade, ou melhor, precarização do acesso das mulheres à saúde, renda, educação, trabalho dentre outros serviços públicos. Essas desigualdades são compostas principalmente pelas desigualdades raciais e às desigualdades de gênero, colocando as mulheres negras em uma situação de vulnerabilidade socioeconômica que mais adiante será explicitada através de indicadores sociais.

## 2.2 DESIGUALDADES RACIAIS BRASILEIRAS

Segundo Paixão (2010) o preconceito social, étnico e racial é uma predisposição psicológica de um sujeito contra o outro por este outro se diferenciar seja em termos econômicos, fenotípicos ou culturais. Esses aspectos na maioria das vezes estão imbricados reforçando um ao outro. O preconceito distancia o sujeito do seu objeto que no caso é o outro “diferente”, mormente esse afastamento ocorre nos momentos dos contatos interpessoais, sobretudo quando se desencadeia algum conflito, sendo uma prática social discriminatória.

A discriminação social, étnica e racial é uma prática tanto individual quanto institucional, os indivíduos agem por si ou em nome de alguma instituição quando estão diante de outro indivíduo que se diferencia economicamente, culturalmente e/ou fisicamente e este indivíduo considerado “diferente” é cerceado no acesso aos bens econômicos, sociais, culturais dentre outros.

A discriminação no plano econômico separa os grupos étnico-raciais no que tange a aquisição de bens materiais, o que consequentemente impossibilita à mobilidade social ascendente, como por exemplo, emprego, educação formal, acesso às universidades dentre outros. No que diz respeito aos direitos sociais a discriminação inviabiliza os grupos étnico-raciais discriminados de acessarem a justiça e a proteção policial <sup>v</sup> assim como precariza o acesso a direitos coletivos especialmente o direito à saúde e à educação (PAIXÃO, 2010).

O racismo está assentado na ideia de que determinados grupos de sujeitos são naturalmente superiores a outros e determinado grupo de pessoas são discriminadas por suas características físicas e culturais. Estes grupos discriminados são os próprios culpados por serem “diferentes”, a eles são dispensadas ações discriminatórias a priori por sua cor ou fenótipos que deflagram a semelhança com sua origem étnica <sup>vi</sup> e os grupos racistas se acham superiores aos grupos discriminados. A ideologia racista endossa o preconceito, a discriminação e as desigualdades sociais entre os sujeitos com características fenotípicas e culturais distintas, logo essa ideologia segrega e condiciona a reprodução acrítica das desigualdades de classes e das desigualdades étnico-raciais “Levada aos seus extremos, a

---

<sup>v</sup> Os dados produzidos pelos institutos de segurança pública revelam o crescente número de homicídios da população negra jovem, principalmente entre os homens que residem nas periferias das grandes metrópoles brasileiras. (ALMEIDA, 2004)

<sup>vi</sup> Em fevereiro do corrente ano um trabalhador foi preso quando voltava do trabalho para casa na zona norte do município do Rio de Janeiro. Ele foi acusado injustamente de ter cometido um assalto, a vítima deste assalto fez o reconhecimento do trabalhador com base nas suas características físicas e cor da sua pele, porém ela o acusou erroneamente alegando ter se confundido porque o homem que a assaltou também era negro.

ideologia racista fundamenta limpezas étnico-raciais e massacres contra coletividades inteiras” (ARENDT, 2004 apud PAIXÃO, 2010).

A luta contra o racismo e todas as outras práticas discriminatórias é de suma importância nos dias de hoje, visto que o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004 constatou no início do século XXI que 900 milhões de pessoas, o que corresponde a 1/6 da população mundial, constituíam minorias étnicas, raciais, nacionais e/ou religiosas sendo discriminadas em seus países <sup>vii</sup> (PAIXÃO, 2010).

O padrão brasileiro de relacionamentos sociorraciais está imerso no seio de uma ideologia racista, posto estar calcado nos fenótipos (cor da pele, tipos de cabelos e formas faciais) dos distintos indivíduos e grupos da sociedade, conferindo-lhes prestígios e estigmas derivados dessas marcas raciais. (NOGUEIRA, 1995 apud PAIXÃO, 2010, p.22).

O plano simbólico e subjetivo conforma as relações sociais, é um erro separá-los das análises macro-estruturais. A dinâmica social consorcia as dimensões simbólicas, econômicas e políticas essas se retroalimentam e possuem singularidades conforme o tempo histórico e o lugar onde se gestam as relações sociais.

Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é pelas relações que mantêm objetivamente com as outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-la em distinções significantes. (BOURDIEU, 2004 apud PAIXÃO, 2010, p.22).

O racismo identificado na sociedade brasileira perpassa o critério das aparências físicas, as relações de poder, a sociabilidade que confere prestígio ou desprestígio social, mobilidade social ascendente e descendente, obstáculos ao acesso a direitos sociais. Identifica-se também o racismo institucional que ocorre no interior das estruturas sociais do

---

<sup>vii</sup> Em fevereiro deste ano um jogador brasileiro de futebol sofreu racismo quando jogava no Peru, todas as vezes que o jogador tocava na bola os torcedores do time peruano (time adversário ao do jogador) reproduziam sons semelhantes aos dos macacos.

aparelho do Estado, nas empresas privadas, escolas, meios de comunicação dentre outras dimensões da vida social que (re) produzem o racismo.

As ações racistas discriminatórias associam as desigualdades de classe e as desigualdades raciais em nosso país, tais desigualdades estão intimamente imbricadas e uma reforça a outra mutuamente.

É importante salientar que os pobres brasileiros não são todos negros, existem tanto pobres brancos quanto pobres negros. Todavia as relações sociais assentadas nas ações racistas discriminatórias colocam para a população pobre e negra situações que os penalizam de forma diferenciada.

Neste caso, já não faz mais sentido apontar que o modelo de relações raciais não guarda importância alguma no debate. Pelo contrário, a cor da pele pode ter um efeito que amplie ou reduza o acesso às oportunidades e direitos; que amplie ou reduza os níveis de exposição ao desalento, ao desamparo e à violência. (PAIXÃO, 2010, p. 24).

Não é de hoje que os negros no Brasil estão submetidos a uma pobreza alarmante assim como privações materiais e imateriais de todos os tipos. Essa situação socioeconômica é negada pela população brasileira, sobretudo por nossa classe dominante branca, pois as mazelas sociais que os negros enfrentam não são associadas às relações sociorraciais de desigualdade, o racismo no Brasil é velado.

Essa perspectiva que não reconhece a relação da desigualdade racial com a desigualdade social naturaliza a desvantagem da população negra perante a população branca, ora explicada pela época da colonização ora por incapacidade de inserção no mercado de trabalho.

As refrações da questão social afetam os brasileiros em geral, contudo tais refrações não atingem todos os grupos sociais de forma homogênea. A população negra sofrerá com as mazelas sociais assim como o conjunto da população, porém à população negra será acrescida a desigualdade racial, no caso das mulheres negras alia-se a desigualdade de gênero.

Portanto, trata-se de assumir que os afrodescendentes formam um grupo próprio de prestígio social (ou de status), baseado no fato de portarem uma determinada forma física menos valorizada, ou estigmatizada no interior da sociedade, e que, por isso, lhes dificulta o caminhar. (WEBER, 1996 apud PAIXÃO, 2010, p.24).

### 2.3 A MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho é uma das esferas que podemos verificar as desigualdades de gênero e raça, nesse as desigualdades são fertilizadas. A desigualdade de gênero e raça possui indicadores expressivos no que concerne a educação e o mercado de trabalho. Os negros possuem um ínfimo acesso a educação formal o que reflete sua inserção nas piores condições de trabalho.

Segundo o Anuário das Mulheres Brasileiras (2011), as mulheres negras possuem as piores condições trabalhistas. Em sua maioria não possuem carteira assinada e têm o maior índice de inserção em postos de trabalho vulneráveis, como analisamos nas tabelas a seguir:

**Taxa de assalariamento total e com carteira assinada, composta por sexo e cor/raça, 2009 (em %).**

<b>Empregado com carteira assinada</b>		<b>Assalariamento total</b>
<b>Homens Negros</b>	63,7	64,6
<b>Homens não negros</b>	75,2	64,0
<b>Mulheres negras</b>	56,0	67,8
<b>Mulheres não negras</b>	70,0	70,5

Tabela própria com base no Gráfico 8 do DIEESE 2011, pág. 50.<sup>viii</sup>

Os homens não negros têm 75,2% da taxa de assalariamento com carteira assinada enquanto as mulheres negras possuem 56% uma diferença de 16.5 pontos percentuais. As

<sup>viii</sup> A nomenclatura para identificar os grupos segundo a cor e/ou raça em todas as tabelas é a mesma dos institutos que publicam os indicadores, a opção em manter as mesmas nomenclaturas foi uma compreensão de que essas são facilitadoras e elucidativas para desenvolver as inferências.

mulheres não negras possuem 70% da taxa de assalariamento com carteira assinada e os homens negros 63,7% uma diferença de 6.3 pontos percentuais. Verificamos também que o percentual de diferença entre os homens negros e não negros com carteira assinada é de 11,5 pontos percentuais, a diferença aumenta entre as mulheres, pois temos 14 pontos percentuais de diferença entre as mulheres negras e não negras.

Esses dados revelam que a população negra é descoberta pela política previdenciária, sendo as mulheres negras as que menos possuem proteção social no trabalho. Outro fator que pode explicar a desvantagem das mulheres negras concernentes a proteção trabalhista é o crescente ingresso dessas mulheres em ocupações informais, como também a forte presença dessas mulheres nos trabalhos como empregadas domésticas, que até pouco tempo não era regulamentado.

**Distribuição da/os ocupados/as por posição na ocupação, segundo sexo e cor/raça**

<b>Posição na ocupação</b>	<b>Homens Negros</b>	<b>Homens não negros</b>	<b>Mulheres Negras</b>	<b>Mulheres não negras</b>
<b>Assalariado</b>	29,0	26,6	21,0	23,4
<b>Conta própria</b>	35,4	31,1	16,8	16,7
<b>Empregadores</b>	23,4	50,3	6,7	19,6
<b>Não remunerado</b>	24,4	17,4	29,2	29,0

Tabela própria com dados extraídos da tabela 11 do DIEESE 2011, pág. 48.

Os empregadores não negros representam 50,3% no mesmo universo os negros possuem 23,4% uma diferença expressiva de 26.9 pontos percentuais. Seguindo a comparação as mulheres não negras possuem 19,6% da taxa de empregadores, uma diferença de 30.7 pontos percentuais se comparado aos homens empregadores não negros uma assimetria bem grande também, a situação piora se formos comparar as mulheres negras aos homens não



negros, estas representam apenas 6,7% dos empregadores com uma diferença de 43.6 pontos percentuais.

A diferença entre a taxa das mulheres negras e não negras empregadoras é expressiva, contudo a discrepância é maior quando comparamos as mulheres negras com os homens brancos, esses indicadores corroboram com as estruturas de poder, pois os homens são maioria dos que estão no lugar de comando, se formos desagregar os indicadores por cor ou raça a situação de desvantagem da população negra é muito grande com uma assimetria bem maior para as mulheres negras.

Acerca do trabalho por conta própria os homens não negros são 31,7% e os homens negros representam 35,4%. As mulheres não negras representam 16,7% enquanto que as mulheres negras são 16,8%. A diferença entre os homens negros e não negros que trabalham por conta própria é de 4,3 pontos percentuais, é importante analisar que os índices nos mostram que a taxa dos homens negros é maior que a dos homens não negros que possuem seu próprio negócio, desta constatação podemos inferir que esse indicador se relaciona com o indicador da tabela supracitada, pois se a taxa de assalariamento dos homens negros é menor que a dos homens não negros, estes homens não negros estão em maior número nas ocupações de trabalhos informais, muitas das vezes trabalhando por conta própria, sem vínculos trabalhistas de carteira assinada, por conseguinte descoberto pela política previdenciária.

**Proporção das/os ocupadas/os em postos de trabalho vulneráveis, composta por sexo e cor/raça.**

<b>Regiões</b>	<b>Total de vulneráveis</b>	<b>Homens Negros</b>	<b>Homens não negros</b>	<b>Mulheres Negras</b>	<b>Mulheres não negras</b>
<b>Metropolitanas do sudeste e Distrito federal</b>					
<b>Belo Horizonte</b>	27,1	24,6	21,1	36,4	27,2
<b>Distrito Federal</b>	27,4	23,9	19,1	36,7	25,4
<b>São Paulo</b>	28,8	25,9	23,2	41,4	30,9

Tabela própria com base na tabela 25 do DIEESE 2011, pág. 69.

As mulheres negras lideram as taxas de ocupações em postos de trabalhos vulneráveis em Belo Horizonte com 36,4%, no Distrito Federal com 36,7% e no estado mais produtivo do país São Paulo liderando o ranking com 41,4%. Tais dados reforçam as análises que aponta o quanto que a população negra feminina encontra-se fragilizada em termos de proteção social.

**Distribuição das ocupadas nos serviços domésticos, por raça/cor regiões metropolitanas e distrito federal-2010 (Em %).**

<b>Regiões</b>	<b>Negras</b>	<b>Não- Negras</b>
<b>Belo Horizonte</b>	71,0	29,0
<b>Distrito Federal</b>	79,3	20,7
<b>Porto Alegre</b>	26,5	73,5
<b>Fortaleza</b>	76,7	23,3
<b>Recife</b>	80,9	19,0
<b>Salvador</b>	96,7	(1)
<b>São Paulo</b>	48,9	51,1

Tabela própria com base na tabela 5 do Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010, 2011, p. 276.

Na maioria das capitais identificamos o predomínio das mulheres negras em relação às mulheres brancas na atividade laboral doméstica. Somente em Porto Alegre essa realidade se

inverte. Isso pode ocorrer devido à capital ter um baixo percentual de população negra, já ao contrário de Salvador que têm 85% da sua população negra.

No Brasil o trabalho doméstico via de regra é executado em condições precárias, extensivas jornadas de trabalho e ínfimas garantias trabalhistas. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2009, 93% dos trabalhadores domésticos são mulheres com rendimento médio de R\$395,00. Desse universo 72,8% trabalham sem carteira assinada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2009. Em 2007 o percentual de empregadas domésticas brancas era de 12,1% enquanto que as empregadas domésticas negras correspondia a 21,7%.

Em abril de 2013 a presidenta Dilma Rousseff sancionou a PEC 66/2012, uma emenda constitucional chamada PEC das domésticas. Essa emenda é uma regulamentação da lei nº 5.859 de 1972 que se reporta a proteção do trabalho doméstico. A PEC das domésticas é um avanço muito importante, pois contempla cerca de 6,6 milhões de trabalhadoras domésticas equiparando os direitos trabalhistas dessas aos demais trabalhadores com carteira assinada.

Dentre as conquistas trabalhistas das empregadas domésticas estão à estipulação de uma jornada de trabalho, remuneração das horas extras e aposentadoria previdenciária. Depois de muita resistência a conquista desses direitos representa um passo importante na luta pelo fortalecimento da cidadania das mulheres, principalmente para as mulheres negras que constituem a maioria destas trabalhadoras domésticas.

A desigualdade não é muito expressiva entre mulheres negras e brancas com carteira assinada. Em 2009, 54,1% das mulheres negras e 60% das mulheres pardas estavam trabalhando sem carteira assinada. Na mesma condição de emprego sem carteira assinada tínhamos 44% das trabalhadoras brancas. Os dados são alarmantes tanto para as mulheres negras e pardas quanto para as brancas, pois os percentuais são altíssimos se nos lembrarmos

de que essas mulheres estão sem acesso ao direito de seguro-desemprego e licença maternidade.

No ano de 2007, 20% da população branca estava abaixo da linha da pobreza enquanto que 41,7% da população negra estavam também abaixo da linha da pobreza. Se formos comparar os dados verificamos que os brasileiros negros miseráveis são mais que o dobro dos brasileiros brancos, ou se quisermos ter uma noção em número absoluto são 20 milhões a mais de negros abaixo da linha da pobreza que os brancos.

Segundo a Relação Anual de Informação Social (RAIS) do ministério do trabalho, a mulher negra com emprego formal recebe em média R\$790,00 já o homem branco com emprego formal chega a ganhar R\$1.671,00, ou seja, o homem branco ganha mais que o dobro da renda média da mulher negra. Esses índices expostos até aqui estampam a profunda desigualdade social, racial e de gênero da sociedade brasileira contemporânea.

## 2.4 A ESCOLARIDADE DAS MULHERES NEGRAS

As mulheres brasileiras nos dias atuais possuem uma média de anos de estudo superior aos homens, avançando mais nas últimas décadas. No entanto a distância entre as mulheres negras e brancas bem como a distância entre as mulheres negras e os homens brancos é bem significativa, sobretudo nos níveis superior em diante, como podemos constatar a partir das análises das tabelas que se seguem.

**Taxa de analfabetismo das mulheres de 15 anos, por cor ou raça- Brasil, 2000 e 2008.**

<b>Cor ou Raça</b>	<b>2000</b>	<b>2008</b>
<b>Brancas</b>	9,99	6,42
<b>Negras</b>	28,19	13,97

Tabela própria com base na tabela 3 do Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010, 2011, p. 274.

Em 2000 o percentual de diferença é de 18.2 pontos percentuais em detrimento das mulheres negras a favor das mulheres brancas referentes ao analfabetismo. Já no ano de 2008 o percentual cai para 7.55 pontos percentuais. Na comparação entre 2000 e 2008 verificamos uma importante queda dos índices de analfabetismo das mulheres negras, ainda assim elas continuam em desvantagem se comparado às mulheres brancas.

**Distribuição das mulheres e meninas que frequentam escola composta por nível e modalidade de ensino.**

Nível e/ou modalidade de ensino	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
<b>Regular do ensino fundamental</b>	55,5	55,3	51,7	51,2	51,9	53,2
<b>Regular do ensino médio</b>	15,4	16,1	16,3	17,0	17,2	16,3
<b>Superior/graduação</b>	10,4	8,4	13,8	15,7	15,2	13,1
<b>Mestrado ou doutorado</b>	0,3	0,4	0,9	0,9	0,7	0,7

Tabela própria com dados extraídos da tabela 98 do DIEESE 2011, pág. 199.

Os níveis de escolaridade no ensino fundamental são bem homogêneos nas cinco regiões, bem como a esfera nacional tendo a política de educação uma eficácia, ao menos em termos quantitativos, no ensino básico. A modalidade regular do ensino médio decai significativamente nas cinco regiões, bem como na média nacional, isso pode ocorrer dentre outros motivos, por uma evasão escolar ocasionada por gravidez, inserção em postos de trabalhos precários (visto nas tabelas supramencionadas no item anterior) e etc.

Ao analisarmos o ensino superior/graduação e pós-graduação a situação se complexifica bastante. Referente à média nacional de 53.2% no ensino fundamental passou para 13.1% no ensino superior afunilando ainda mais na pós-graduação com 0,7%. Podemos identificar algumas barreiras que podem ser indícios desse cenário emblemático no estágio do

ensino superior em diante, tais como a dificuldade das mulheres que possuem filhos em ingressarem ou até mesmo se manterem na universidade, pois não teriam com quem deixá-los, já que o número de vagas nas creches públicas não é suficiente para atender a demanda, bem como a jornada extensiva de trabalho, pois as mulheres na maioria das vezes são as responsáveis pelo trabalho doméstico além de trabalharem na esfera privada.

**Média de anos de estudo da população ocupada entre 18 e 39 anos de idade por sexo, cor/raça e faixa etária (2009).**

HOMENS				MULHERES		
Faixa etária	Negros	Não Negros	Total	Negras	Não Negras	Total
18 a 24 anos	8,4	9,9	9,1	9,7	11,0	10,4
25 a 29 anos	8,2	10,2	9,2	9,5	11,2	10,4
30 a 39 anos	7,0	9,1	8,0	8,2	10,2	9,2

Tabela própria com dados extraídos da tabela 97 do DIEESE 2011, pág. 196.

Os homens negros possuem menores níveis de anos de estudo em todas as faixas etárias enquanto que as mulheres não negras lideram os índices de níveis de estudo em todas as faixas etárias.

As mulheres possuem uma média superior de anos de estudo se comparada à média dos homens, entretanto as mulheres negras possuem menos anos de estudo que as mulheres não negras sendo a diferença maior de 2 pontos percentuais na faixa etária de 30 a 39 anos.

O nível de anos de estudo das mulheres negras está abaixo da média total dos anos de estudo das mulheres sendo a maior diferença de um ponto percentual na idade correspondente de 30 a 39 anos, já o nível de estudo das mulheres não negras é maior em todas as faixas etárias se comparado a soma total dos níveis de estudo das mulheres.

Podemos verificar que os níveis de anos de estudo dos homens negros são muito menores em todas as faixas etárias e a assimetria maior ocorre quando comparamos com os níveis de anos de estudo das mulheres não brancas com uma diferença de 3.2 pontos percentuais na idade de 30 a 39 anos.

Em 2008, a probabilidade de um jovem branco entre 18 e 24 anos freqüentar uma instituição de ensino superior era 97,8% superior à probabilidade de uma jovem preta e parda do mesmo grupamento etário se encontrar na mesma condição. Naquele ano, a probabilidade de uma jovem branca entre 18 e 24 anos freqüentar uma instituição de ensino superior era 263,5% superior à de um jovem preto e pardo do mesmo intervalo de idade. (PAIXÃO, 2010, p.230).

**Taxa bruta de escolaridade no ensino superior (18 a 24 anos), segundo os grupos de cor ou raça selecionados (brancos e pretos e pardos) e sexo, 1998 e 2008 (em % da população que freqüentava o ensino superior dividido pela população de 18 a 24 anos).**

		1998	2008
<b>HOMENS</b>	<b>Branco</b>	15,0	31,7
	<b>Pretos e Pardos</b>	3,2	13,0
	<b>Total</b>	9,4	21,6
<b>MULHERES</b>	<b>Brancas</b>	18,4	39,9
	<b>Pretas e Pardas</b>	5,0	20,0
	<b>Total</b>	12,3	29,6

Tabela própria com dados extraídos da tabela 6.18 do Relatório Anual das desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010, pág. 227.

O número de estudantes que frequentam o ensino superior aumentou tanto para homens quanto para mulheres. A taxa entre os homens aumentou de 9,4% em 1998 para 21,6% em 2008 um crescimento de 12.2 pontos percentuais. Em relação à população feminina o crescimento foi de 12,3% em 1998 para 29,6% em 2008 um aumento de 17.3 pontos percentuais. Podemos considerar que as assimetrias no tocante à taxa de escolaridade no nível superior colocam os homens em uma desvantagem de 5.1 pontos percentuais se comparado aos níveis de escolaridade das mulheres, porém eles continuam ganhando mais que as mulheres <sup>ix</sup>, um retrato da desigualdade de gênero no tocante ao trabalho e renda.

---

ix Dados do IBGE noticiado no portal da Agência Brasil revelam que em 2013 a média do rendimento mensal das mulheres foi de R\$ 1.614,95 enquanto que a média do rendimento mensal dos homens foi de R\$ 2.195,30.

A taxa de escolaridade no ensino superior dos homens brancos passou de 15,0% em 1998 para 31,7% em 2008, um aumento de 16.7 pontos percentuais, já para as mulheres brancas a taxa de escolaridade passou de 18.4% em 1998 para 39,9% em 2008 uma evolução de 21,5 pontos percentuais. O nível de escolaridade superior entre os homens pretos e pardos aumentou de 3,2% em 1998 para 13,0% em 2008, um crescimento de 9.8 pontos percentuais, já entre as mulheres pretas e pardas a taxa de escolaridade evoluiu de 5,0% para 20% um aumento de 15 pontos percentuais.

Quando a análise se reporta as assimetrias nos grupos de cor ou raça constata-se que mesmo o nível de escolaridade ter crescido significativamente entre 1998 e 2008 a persistência das desigualdades raciais são alarmantes.

No que tange o aumento dos níveis de escolaridade no ensino superior no período de 1998 a 2008 os homens brancos possuem uma vantagem sobre os homens pretos e pardos de 6.8 pontos percentuais a diferença aumenta entre as mulheres visto que a vantagem das mulheres brancas em relação às mulheres pretas e pardas é de 12.5 pontos percentuais.

As mulheres pretas e pardas tiveram um aumento importante nos níveis de escolaridade no ensino superior, no período exposto na tabela acima, de 15 pontos percentuais, no entanto se comparado as mulheres brancas, as mulheres pretas e pardas estão em uma desvantagem de 6.5 pontos percentuais tendo em vista que as mulheres brancas aumentaram os níveis de escolaridade no ensino superior, no mesmo período, em 21.5 pontos percentuais.

Se o escopo da análise se detiver ao ano de 2008 a desigualdade nos níveis de escolaridade para as mulheres pretas e pardas se agrava, pois estas mulheres estão em uma desvantagem de 11.7 pontos percentuais em relação aos homens brancos e 19.9 pontos percentuais em relação às mulheres brancas, esses dados corresponde em termos proporcionais que as mulheres pretas e pardas apresentam metade do nível de escolaridade no



ensino superior se comparada às mulheres brancas na mesma faixa etária de 18 a 24 anos, época da fase da vida em que geralmente se inicia o ensino superior.

Ainda que o governo esteja executando políticas de ação afirmativa, como por exemplo, a adoção das cotas sociais e raciais por parte das universidades públicas e o incentivo do governo federal em ampliar o número de estudantes do ensino superior através dos programas Programa Universidade para todos (ProUni) e Programa de Financiamento Estudantil (FIES), a realidade se mostra extremamente complexa já que os dados supracitados denunciam uma desigualdade racial assustadora <sup>x</sup>.

Diante das várias décadas de inércia ou ínfima intervenção concreta e sistemática para modificar a situação de desigualdade racial e social as políticas de ação afirmativa são importantes, contudo não conseguem alterar o quadro complexo das assimetrias raciais perdurando-se a racialização no ensino superior. (PAIXÃO, 2010).

Os indicadores supramencionados nos colocam a urgência de formularmos novos dispositivos e até mesmo repensarmos os que se encontram em voga na agenda pública a fim de romper com essa estrutura social perversa da sociedade brasileira que produz e reproduz as desigualdades raciais, de gênero e sociais.

## 2.5 ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

A partir dos dados examinados, é inconteste a importância em desmistificar o discurso que propaga o divórcio das desigualdades sociais brasileiras com as desigualdades raciais e de gênero, assim como a ilusória defesa, tão propagada pela classe dominante branca detentora

---

<sup>x</sup> O debate acerca das cotas raciais-sociais e as implicações econômicas e políticas dos programas do governo federal que se gestam na relação público-privado e seu rebatimento na política de educação pública no ensino superior possui uma relevância imprescindível, contudo não será tratado aqui por limites do próprio escopo da pesquisa.

do poder econômico e político, do país vivenciar uma democracia racial e uma igualdade de gênero. Portanto, é imprescindível para as políticas sociais vislumbrarem ações que confrontem e alterem a realidade social da população brasileira como um todo, sem, contudo segregar as particularidades das mulheres brasileiras em geral e das mulheres negras em particular.

As pesquisas voltadas para a compreensão do lugar da mulher na sociedade brasileira, inclusive a mulher negra, apontam para o grande abismo existente nos recortes de gênero agregado aos recortes de raça. Ainda que o Brasil tenha avançado por meio da adesão de vários tratados internacionais que garantam, ou melhor, solicitem a viabilização dos direitos humanos dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade social, os dados nos revelam o quanto estamos longe desta realidade.

Uma das estratégias para o enfrentamento desse emblemático quadro social são políticas sociais transversais e intersetoriais de forma que as políticas dialoguem uma com as outras, o que existe hoje em termos de políticas são projetos e programas voltados para grupos específicos sem uma articulação desses grupos. O avanço e consolidação de políticas sociais universais são de suma importância para reduzir os níveis de desigualdade e pobreza extrema, logo políticas sociais universais somadas a políticas que atuem em contextos específicos.

Confrontar a desigualdade racial e de gênero requer também ações voltadas para difusão cultural transformadora, visto que as futuras gerações sejam sociabilizadas dentro de uma perspectiva de incentivo e respeito à diversidade étnica/racial e cultural do nosso país. Assim conseguiremos iniciar mudanças materiais e simbólicas no que tange as desigualdades sociais, de gênero e raça, combatendo a naturalização das relações construídas socialmente que dispensam as mulheres, sejam elas negras, indígenas ou brancas, um destino fadado a todas as dimensões da violência.

### **3 POLÍTICAS SOCIAIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A DEFESA E VIABILIZAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL**

#### **3.1 POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS NO BRASIL**

A política social pública de responsabilidade estatal possui pouca idade na sociedade brasileira. “as políticas sociais fazem parte de um conjunto de iniciativas públicas, com o objetivo de realizar, fora da esfera privada, o acesso a bens, serviços e renda.” (JACCOUD, 2008 apud YAZBEK, 2008, p.6) A política social pública brasileira acompanha o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, este capitalismo é periférico (dependente dos países de capitalismo central) e tardio, especificidades que tem rebatimentos na intervenção do Estado na área econômica e social.

A gênese da política social no Brasil foi marcada por dois períodos de governos autoritários, o de Vargas depois de 1930 e o da ditadura militar após 1964<sup>xi</sup>. Nos dois períodos se gestaram políticas sociais centralizadas na esfera nacional, com uma característica bem forte de normatização e regulação. No período que se seguiu (o processo de redemocratização do país) a prerrogativa era a da descentralização da política social com vistas a delegar ao Estado a responsabilidade nas tarefas sociais, principalmente nas áreas de saúde, educação e assistência social.

A política social brasileira possui fortes traços de elementos particularistas-meritocráticos, assistencialista-filantrópicos e universalistas. A previdência social que opera segundo a lógica do seguro com cobertura previdenciária para os trabalhadores contribuintes, a Política de Assistência Social que executa ações que carregam um significativo caráter filantrópico desde sua gênese e a Política de Saúde, a que mais solidificou a perspectiva

---

<sup>xi</sup> O período de 1930 e o período ditatorial após 1964 conformaram políticas sociais de abrangência em todo o território nacional, centralizadas e com uma expressiva característica normativa e regulatória.

universalizante da política social com a constituição do Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da constituição de 1988 (ALMEIDA et. al., 2008).

Outras características relevantes da política social no Brasil são à base do seu financiamento que é regressivo <sup>xii</sup>, o clientelismo, a combinação público- privado em diversas áreas onde muita das vezes o interesse público fica subjacente ao interesse particular, a segmentação do acesso bem como a fragmentação das ações.

A constituição de 1988 é um importantíssimo avanço para as lutas sociais, pois esta constituição foi a primeira a tratar de assuntos como os direitos de cidadania, dever estatal, a universalização e democratização do acesso, bem como a participação e controle social dos serviços públicos. Neste novo marco a constituição concebe os indivíduos como cidadãos, ou seja, sujeitos que possuem direitos a serviços e benefícios concernentes aos direitos sociais, ao menos no plano formal.

Os processos de redemocratização política com o avanço da classe trabalhadora na luta por ampliação e garantia dos direitos sociais foi interrompido por uma crise política e fiscal do Estado brasileiro. Tal crise possibilitou a entrada do ideário neoliberal no país <sup>xiii</sup>.

O pensamento neoliberal já vigorava na maioria dos países da América Latina. A política neoliberal adentra na realidade brasileira a partir da década de 90, materializada em políticas de ajuste estrutural. Essa “nova” governança é caracterizada pelo ajuste fiscal sistemático e reformas do Estado, a justificativa para estas reformas é o mal necessário, ou seja, é imprescindível a modernização do Estado mesmo que para isso se reduza sua intervenção no âmbito social.

A modernização executada através das reformas desmontou os aparatos públicos sistematicamente, isso desembocou em complexos vazios no que tange a oferta de serviços

---

xii Característica do nosso sistema tributário que é assentado na tributação indireta, onde repassa, através dos impostos, o peso maior para os rendimentos do trabalho em detrimento ao menor peso para a riqueza e renda dos mais ricos.

xiii Crise do esgotamento do padrão de financiamento estatal que se assentava no endividamento interno e externo aliado a alta inflação.

sociais. Esses espaços vazios foram ocupados por organizações não governamentais (ONGs) que passaram a assumir a execução de programas sociais no território brasileiro. É grande o número de parcerias entre ONGs e governos locais, o que confere em várias pequenas iniciativas descentralizadoras, executadas por diversos atores com um forte traço fragmentado, emergencial e provisório (ALMEIDA et. al., 2008).

As ONGs geralmente trabalham com recursos segmentados e sem uma base fixa de financiamento, o que acarreta descontinuidade das ações, uma vez que não possuem uma definição do público-alvo do seu atendimento a partir da cobertura populacional e territorial, tampouco exercem avaliações de impacto e efetividade, características primordiais de uma política pública. As ações executadas estritamente em âmbito local impossibilitam a constituição de redes públicas intersetoriais que se complementem. Logo, o desafio é constituir democraticamente a ampliação dos espaços públicos a fim de fortalecer a participação dos cidadãos, para que a população usuária dos serviços públicos se coloque como sujeitos sociais e coletivos.

Os ajustes de ordem neoliberal não deram conta de resolver as demandas sociais, ao contrário aumentou o abismo da desigualdade social no país, com destaque para a esfera do trabalho, que se encontra com um desemprego crescente e uma precariedade alarmante. A pobreza e a desigualdade social se complexifica na medida em que abarca um contingente maior de pessoas pobres e/ou miseráveis <sup>xiv</sup>.

O desemprego estrutural agrava a situação de vida da classe trabalhadora, assim como coloca famílias pobres que outrora eram consideradas “incluídas”, o que dificulta cada vez mais os meios de sobrevivência e redimensiona as situações de instabilidade e aumento do número de pobres muitas das vezes ocasionado por eventos de doença, velhice ou morte dentro das famílias.

---

<sup>xiv</sup> População de pobres e/ou miseráveis que possuem marcadores explícitos de gênero e raça como vimos no capítulo precedente.

Esse quadro de aprofundamento das desigualdades sociais contrapõe a eficácia das políticas focalizadoras, pois a política de focalização executada via programas voltados para o combate à pobreza, gestadas no Brasil como nos demais países da América Latina, não modificam expressivamente o abismo social ao contrário esse não para de crescer<sup>xv</sup>.

A contradição é clara, visto que as recomendações de ajustes, propostas hegemônicas exigidas pelos organismos internacionais e adotadas fielmente por nossos governantes, não chegam perto do buraco da extrema desigualdade. Os programas de combate à pobreza focalizados nos mais pobres dos pobres ou nos mais “vulneráveis” ganham relevância e grande incentivo, ainda que os dados apontem que a pobreza não é residual e que os mais pobres na verdade constituem a maioria da população (ALMEIDA, et. al., 2008).

Esses programas se tornam paliativos na medida em que não conseguem fazer com que seus usuários saiam da condição de pobreza que se encontram tampouco desempenham intervenções que trabalhem a complexidade da pobreza na totalidade das relações sociais.

Os países de capitalismo periférico contratam empréstimos com os países de capitalismo central, logo aumentam sua dívida e são obrigados a implementar o receituário através de “pacotes”, que na maioria das vezes vem pronto e contendo uma gama de condicionalidades para uma utilização mais eficaz dos recursos públicos.

As condicionalidades, frequentemente, são redução dos gastos públicos para não ocorrer um “déficit fiscal”, busca por “parcerias” em detrimento das próprias redes do Estado deixando os recursos públicos sob a responsabilidade das instituições não governamentais, recursos destinados aos mais pobres e prioridade para ações de cunho imediatista e não de ações que possibilitem a ampliação dos serviços públicos ofertados, substituição da força de

---

<sup>xv</sup>Não se quer aqui desconsiderar a importância dos programas de combate a pobreza, principalmente para o contingente populacional que passa fome em nosso país, todavia se reportarmos as análises para a dimensão estrutural verificamos os limites desses programas.

trabalho técnica para dar preferência a trabalhadores voluntários e/ou que residam na própria comunidade (ALMEIDA et. al., 2008).

A eficácia das ações desenvolvidas no âmbito social tem muito mais a ver com a sua capacidade de universalização e não com seu nível de focalização. A focalização exclui, pois quando se direciona apenas nos “mais pobres” deixa de fora uma parcela dos grupos que “saíram” da condição de pobreza baseado nos índices da renda e os grupos que estão no limiar da “linha da pobreza”.

Esse é o nó que encontramos na focalização aos mais pobres a partir da “linha de pobreza” condicionada exclusivamente na renda, o que deixa de fora uma grande quantidade de famílias que não correspondem as condicionalidades para entrarem na linha de pobreza, porém estas famílias continuam sendo pobres e se encontram em situação de precariedade aviltante devido à instabilidade frente a situações de desemprego, morte, velhice e/ou doença, logo podemos questionar à perspectiva de Rocha (2003) que concebe a política de focalização nos mais pobres a estratégia para se reduzir os índices de pobreza no Brasil.

Esses programas focalizados desse modo são a “antipolítica” social, na medida em que exigem comprovação de pobreza – o que permite a “inclusão” não por direito de cidadania, mas sim por ser mais “pobre”-, não garantindo, portanto a base de igualdade necessária a uma verdadeira política social. (ALMEIDA et. al., 2008, p.38).

Os serviços públicos devem chegar aos mais necessitados de forma universal e não discriminatória. Partindo dos estudos que evidenciam a territorialidade da pobreza no país, desenvolvida por Rocha (2003) e explanado no segundo item do primeiro capítulo, uma alternativa é se tentar universalizar as ações de forma que essas se dêem a nível territorial, ou seja, como a pobreza possui uma característica bem nítida de distribuição territorial e/ou espacial é viável que os serviços sociais sejam garantidos a população mais vulnerável (os “mais pobres”) de maneira universal e não discriminatória através da localização mais próxima das residências dos usuários (ALMEIDA, et. al., 2008).

Ademais, as mazelas sociais não são independentes pelo contrário são interdependentes, sendo assim as políticas universalizantes que intervêm no território possibilitam a integração intersetorial dos serviços públicos que se fizerem pertinentes, o que integra não só as políticas como também a articulação da população usuária, uma alternativa ao traço da fragmentação na área social posto na atualidade.

Outra possibilidade para fortalecer a perspectiva da universalidade é dar continuidade aos programas sociais em lugar dos programas de caráter emergencial como vemos nos dias de hoje. Os serviços públicos necessitam de uma estrutura que lhes garantam uma permanência no território, além de ser um direito da população usuária acesso a políticas públicas com intervenções contínuas.

O debate contemporâneo introduz uma ideia que a classe trabalhadora deve se auto-sustentar, os sujeitos são motivados a se tornarem empreendedores, essa é uma ideologia neoliberal que veicula na sociedade e coloca para os próprios sujeitos e comunidades a responsabilidade dos seus “problemas sociais”, a intervenção do Estado é visto como algo depreciativo e “paternalista”. É claro que o Estado se faz minimalista só para o social, quando se trata de socorrer as grandes instituições privadas em seus períodos de crise ou reduzir a taxa da riqueza e renda da classe dominante o Estado se coloca a postos rapidamente.

Outro fator relevante é a dimensão pública da política social. Na era da hegemonia neoliberal a esfera privada é superestimada e em desvantagem fica a esfera estatal. Os governos incentivam as “parcerias” com o “setor não governamental”. O “terceiro setor” como se convencionou chamar este setor não governamental constitui uma heterogênea parcela de organizações e instituições que variam de associações comunitárias até empresas de grande porte com “responsabilidade social”. O que na verdade acontece é que essas organizações assumem as delegações que são papel do Estado, principalmente nas regiões mais pobres e distantes dos grandes centros. É essa substituição oposta à prerrogativa da



complementaridade que permeia as pseudo-parcerias entre o Estado e a sociedade (ALMEIDA, et. al., 2008).

Quando o Estado é omissos ou ausente frente às regiões mais pobres na qual intervém, as organizações não governamentais tomam para si uma responsabilidade que deveria ser do Estado e não delas, pois essas deveriam exercer a fiscalização e proposição no planejamento e avaliação das políticas sociais, o que configuraria uma complementaridade e não uma substituição a responsabilidade estatal.

A construção de uma política pública democrática pode ser fortalecida pelo controle social e o controle público. O controle social é exercido independente, ou seja, é uma autonomia da sociedade organizada a fim de participar das formulações e fiscalizações das políticas públicas. Tais experiências de controle social ainda são parcas no nosso país, isso se explica devido à forte mão autoritária do Estado brasileiro <sup>xvi</sup> que possui como característica a dificuldade em desempenhar ações democráticas (ações democráticas que transcendam as normativas legais-formais) com participação popular, um obstáculo a construção dos espaços públicos que de fato se coloque a favor da maioria e não dos interesses privados como é verificado no Estado brasileiro, bem como nos demais Estados capitalistas.

O fortalecimento do controle social é necessário para se pensar políticas públicas na área de gênero, bem como na área da promoção da igualdade racial. Esse dispositivo que possui como prerrogativa a fiscalização e proposição de ações desenvolvidas pelas políticas sociais se utilizado pelos movimentos sociais, lideranças comunitárias e grupos sociais organizados de uma maneira geral pode contribuir para o rompimento da institucionalização de práticas discriminatórias, sobretudo práticas de discriminação racial, como é frequentemente vista no SUS.

Do mesmo modo, de acordo com a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 2006, dos partos realizados nos últimos cinco anos,

---

<sup>xvi</sup> Resquício dos governos autoritários precedentes.

segundo a cor ou raça da mãe, em 65,8% dos casos as gestantes brancas foram informadas para onde se dirigir no momento do parto, frente 58,7% das gestantes pretas & pardas. Das gestantes brancas, 20,4% puderam ficar com acompanhante no quarto, frente 14,3% das gestantes pretas & pardas. Entre as gestantes brancas, 46,6% tiveram os pelos pubianos raspados durante o parto, frente 33,2% das gestantes pretas & pardas. Passaram por lavagem intestinal, 23,6% das gestantes brancas e 19,4% das gestantes pretas & pardas. Fizeram exame ginecológico até dois meses após o parto, 46% das puérperas brancas e 34,7% das puérperas pretas & pardas. (PAIXÃO, 2010, p.19)

A citação supracitada retrata a expressiva desigualdade no acesso e na qualidade da assistência hospitalar recebida por mulheres brancas e pretas e pardas no tocante a saúde sexual e reprodutiva quando procuram o SUS. Os dados apontam a discriminação que ocorre nas unidades de saúde referentes ao tipo de atendimento quando as mulheres se encontram na mesma situação de parto ou pós-parto.

Já o controle público necessita de instituições estatais que também exerçam o papel fiscalizatório e avaliativo das políticas sociais, temos como exemplo no país o Ministério Público que atua junto à sociedade a fim de fiscalizar os governos e garantir a supremacia do interesse público. Com ressalvas para a necessidade de ampliação do controle público, este é um espaço que pode viabilizar o fortalecimento da construção de políticas sociais públicas democráticas.

Portanto o controle social e o controle público podem fortalecer a fiscalização das abomináveis práticas racistas institucionalizadas, denunciando-as não só na área da saúde como nas áreas da educação, trabalho e renda, assistência social, dentre outras. A articulação dos movimentos sociais, teóricos da área, assim como outros atores sociais se faz elementar para que possamos garantir políticas públicas que rompam com a racialização no interior das instituições públicas e que possa a partir disto reverter o quadro da sistemática violação de direitos da população negra, particularmente as mulheres negras.

### 3.2 AÇÕES DA AGENDA PÚBLICA NO TOCANTE A TEMÁTICA DE GÊNERO E RAÇA NA ATUALIDADE

Em 2003 foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM) o principal objetivo desta secretaria é promover a igualdade de gênero e confrontar todas as formas de discriminação. A SPM visa à construção de um país mais igualitário e democrático fazendo com que as mulheres sejam valorizadas ao mesmo tempo em que almeja o fim da desigualdade de gênero nesta sociedade capitalista e patriarcal.

As políticas públicas na atualidade já reconheceram a importância da questão do gênero no país, isso se deve muito a luta e a mobilização dos teóricos da área e do movimento feminista que possibilitou a abertura da discussão da desigualdade de gênero na sociedade. As políticas voltadas para a questão do gênero hoje operam de forma intersetorial, como exemplo temos o trabalho em conjunto da SPM com os demais ministérios bem como sua articulação com a sociedade e os organismos internacionais.

Somando-se a conquista da criação da SPM em 2006 foi promulgada a Lei 11.340-2006, conhecida como a Lei “Maria da Penha”. A lei é uma das estratégias no fortalecimento da cidadania feminina, não configura critérios morais e reconhece o contexto sócio-histórico das relações de poder que reiteram a violência de gênero. A garantia desse direito é advinda de um processo de luta dos militantes e teóricos da referida temática para que a violência contra a mulher fosse reconhecida como crime.

Em 2003 foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), a criação desta secretaria é um marco de reconhecimento da luta da população negra brasileira. As lutas da população negra consorciavam com as lutas da sociedade como um todo para a construção de um país mais democrático e redução da crescente desigualdade social.

O movimento negro articulou projetos institucionais para a viabilização e garantia dos direitos culturais, econômicos e sociais da população negra do país. A participação dos movimentos sociais e representantes do governo na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada na cidade de Durban, na África do Sul, em 2001 foi um momento decisivo para a consolidação da urgência de iniciativas públicas voltadas para a questão racial. A aprovação do Plano de Ação na Conferência endossou o processo político brasileiro para a criação da Seppir bem como norteia a atuação da secretaria nas ações de planejamento, execução e avaliação das políticas públicas destinadas à promoção e igualdade racial.

Em 2010 foi instituído através da Lei 12.288 o Estatuto da Igualdade Racial, tal estatuto tem como objetivo garantir o direito da população negra a igualdade de oportunidades, defesa dos seus direitos étnicos individuais e coletivos e o combate a discriminação racial assim como todas as dimensões de intolerância racial e/ou étnica. Este Estatuto é sem sombra de dúvida uma conquista importante para o fortalecimento e viabilização dos direitos da população negra, por conseguinte dos direitos das mulheres negras.

Dentre as ações da Seppir executadas na gestão de 2012, foram realizadas parcerias com a Petrobras através de um plano de trabalho “Campanha Igualdade Racial é pra Valer” com iniciativas para combater o racismo, bem como o incentivo a promoção da Igualdade Racial através de ações afirmativas na área da cultura. A Seppir também firmou parceria com o Ministério da Saúde a fim de fortalecer a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra com o importante lançamento “Igualdade Racial no SUS é pra Valer” reforçando as ações de direito à saúde pelo Estatuto da Igualdade Racial. (SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL).

A partir da constatação do predomínio das mulheres negras entre as trabalhadoras domésticas a Seppir se mobilizou para a construção do parecer que tem por objetivo ratificar a aprovação da convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reconhece os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas no mundo internacional do trabalho.

A Seppir se aproximou da SPM através da elaboração do Plano de Ações Integradas para as mulheres negras. Esta articulação lançou o prêmio “Mulheres Negras contam sua História”, um concurso de redações para retratar as histórias de vida das mulheres negras que contribuíram na construção do país. Foram desenvolvidas parcerias com os gestores de empresas estatais como, por exemplo, Furnas, Petrobras, BR Distribuidora a fim de divulgar o Programa Interagencial para Igualdade de Gênero e Raça, com vistas a debater a transversalidade da temática de gênero e raça no processo de capacitação dos gestores.

O Ministério do Trabalho e Emprego junto com a Organização Internacional do Trabalho firmaram parceria com a Seppir e formularam a Agenda Nacional de Trabalho Decente: Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, ações que visam à prevenção e o enfrentamento do racismo institucional tanto nas instituições da esfera pública quanto nas instituições da esfera privada.

A criação da Seppir e da SPM foi um marco de suma importância na agenda pública, pois estas secretarias possibilitaram a abertura no âmbito público nacional de se refletir e intervir na realidade das mulheres em geral e das mulheres negras em particular. Ademais, os percursos para modificar a base material e simbólica das relações sociais estruturadas pelas desigualdades de gênero e raça imprimiram, a partir da criação das secretarias, um caráter coletivo às ações públicas que têm por finalidade confrontar esse quadro complexo de desigualdade social, de gênero e racial no Brasil.

Os direitos humanos constituem um campo de luta que pode possibilitar a construção de uma ordem social sem que haja dominação-exploração de classe, gênero e raça. Assim, a

luta pela ampliação e conquista dos direitos humanos é uma mediação estratégica que se faz necessária para construção de uma sociedade mais democrática e emancipatória (VINAGRE, 2010).

Os direitos, e, por conseguinte os direitos humanos são construídos historicamente, e estão em um terreno de disputa fruto da luta de classes e grupos sociais “contra a exploração, a repressão, a tortura, o arbítrio, a violência, a discriminação, a desproteção social, a degradação ambiental e contra a dependência econômica e política de povos e países.” (VINAGRE, 2010, p.116)

Desta forma os direitos humanos são conquistas coletivas que consistem em um patrimônio da humanidade, portanto em sociedades capitalistas a defesa dos direitos humanos é uma luta estratégica que visa à construção de uma sociedade que expanda e efetive os direitos sociais, políticos, civis, econômicos e culturais, bem como a equidade, a justiça social, a democracia e cidadania. A luta pela construção desta sociedade perpassa os partidos políticos, as lutas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, grupos sociais comprometidos com a democratização da sociedade como também as categoriais profissionais que lidam no cotidiano das suas intervenções com as diversificadas demandas provenientes das expressões da questão social, como é o caso dos assistentes sociais.

II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. (Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão, 2012, p.23).

A citação acima se reporta a alguns dos princípios fundamentais do Código de Ética dos assistentes sociais, de 1993, este código consagra princípios ético-políticos e norteia as

práticas profissionais assentadas na defesa intransigente dos direitos humanos, na efetivação da democracia e igualdade social, bem como a emancipação política e humana.

A respeito do papel histórico do Código de Ética do Serviço Social, de 1993, Iamamoto (2006) destaca que a concepção de cidadania ali inscrita prevê sua extensão tanto àqueles que produzem a riqueza e dela não se apropriam como aos que estão fora da inserção formal do mercado de trabalho, situando o projeto profissional “em um horizonte solidário com a constituição de indivíduos sociais livres” (p.103). (VINAGRE, 2010, p.119)

A mobilização histórica dos assistentes sociais para a construção de um projeto profissional hegemônico articulado a luta geral da classe trabalhadora é um avanço na luta contra a ofensiva do modo de produção capitalista. Mesmo que o ofício da categoria profissional seja árduo, por defender um projeto ético-político profissional que é contra a reprodução social da sociedade capitalista, esta muito bem estruturada material, política e ideologicamente, o que viabiliza a (re) produção das desigualdades e inúmeras práticas discriminatórias, as lutas dos assistentes sociais sem sombra de dúvida “contribuíram no processo de construção dos direitos sociais brasileiros” (BOSCHETTI, 2004 apud VINAGRE, 2010, p.119).

Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão, 2012, p.23-24).

Os dois princípios fundamentais do código de ética do assistente social supramencionado, princípio VI e VIII respectivamente, explicitam que o posicionamento ético-político hegemônico da categoria profissional está embrionariamente vinculado à luta dos movimentos sociais e instituições que confrontam a desigualdade racial, social e de gênero e que tem por objetivo a construção de uma nova sociabilidade sem a exploração/dominação dos grupos historicamente discriminados que são constituídos pelo objeto de estudo da referida pesquisa, as mulheres negras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A predominância do corte racial e de gênero nas expressões da questão social da sociedade brasileira, objeto de estudo do referido trabalho de conclusão de curso fica evidente ao percorrermos as análises acerca das desigualdades sociais, de gênero e raça, assim como o exame dos dados que explanam a situação socioeconômica das mulheres negras.

As relações sociais gestadas na contemporaneidade da sociedade brasileira consorciavam as desigualdades sociais, raciais e de gênero na medida em que as mulheres negras se encontram em maior proporção nos contingentes populacionais mais pauperizados. Estas imbricações das relações sociais discriminatórias de gênero e raça fertilizadas pela desigualdade social estruturam o sistemático processo de violação de direitos das mulheres negras.

Os direitos, sobretudo os direitos sociais, estão cada vez mais no plano abstrato, garantido somente na letra da lei ao passo que sua materialização se torna cada vez mais difícil visto que a realidade social se mostra totalmente avessa a construção de uma civilidade que tenha como primado o respeito à democracia, a cidadania, a diversidade de gênero, racial e étnica.

A gênese da questão social está vinculada ao contexto de reordenamento econômico e político ocorrido na era do capitalismo monopólico, tal reordenamento sedimentou as bases para que as refrações da questão social fossem passíveis de intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. A ebulição do movimento sindical da classe trabalhadora exigindo um posicionamento do Estado e do empresariado frente às mazelas da questão social colocou a possibilidade concreta de intervenção nas expressões da questão social através das políticas sociais estatais.



As políticas sociais possuem relação intrínseca com as políticas econômicas. Dentro de uma perspectiva de totalidade as políticas sociais são fruto e ao mesmo tempo compõem a contradição do modo de produção capitalista. São atravessadas por conflitos e interesses antagônicos que se expressam na correlação de forças entre o Estado e a classe trabalhadora e entre o Estado e a burguesia no movimento de responder parte das demandas dos trabalhadores a fim de diminuir os efeitos da estrutural desigualdade social.

Assim, as políticas sociais constituem as relações sociais e situam-se na zona de confronto dos interesses de grupos e classes sociais. A emergência da questão social e, por conseguinte, do surgimento das políticas sociais dentro do modo de produção capitalista que finca raízes na desigualdade social estrutural nos permite afirmar que as políticas sociais integram uma conformação social excludente.

A constituição brasileira de 1988 coloca um importante avanço para a política social brasileira que é a garantia constitucional de um sistema de seguridade social pautado no princípio da universalidade, contudo a ofensiva neoliberal que redimensiona as estruturas do ordenamento econômico do capitalismo na atualidade ataca o incipiente sistema de seguridade social.

As políticas sociais na contemporaneidade possuem como características centrais a focalização nos mais pobres, sendo assim o que predomina é a execução de políticas sociais compensatórias e seletivas o que enfraquece a materialização do sistema de seguridade social e o fortalecimento da cidadania da população usuária.

Esta focalização das políticas sociais nos mais pobres desencadeia um crescente investimento das ações públicas em políticas antipobreza, o novo paradigma das políticas sociais na atualidade. As políticas antipobreza desenvolvem ações com o objetivo, prioritariamente, de aumentar a renda dos contingentes populacionais mais pauperizados, esta é uma concepção que associa a pobreza a um problema exclusivo da má redistribuição de

renda o que não toca na origem da sua (re) produção que é a alarmante concentração de riqueza, essa por sua vez é inerente ao modo de produção capitalista.

Assim, a pobreza seja ela absoluta ou relativa não é uma ineficiência do desenvolvimento econômico, mas sim parte ineliminável da constituição deste modo de produção.

Segundo os estudos de Rocha (2003) a população pobre se encontra majoritariamente nas áreas urbanas e as famílias pobres são chefiadas em sua maioria por mulheres, todavia a lacuna da sua pesquisa reside na ausência de análise dos indicadores que mensuram as assimetrias de cor e/ou raça da população pobre do país.

O modo de produção capitalista mercantiliza as relações de gênero, bem como fecunda as práticas discriminatórias caucionadas nas constituições de poder concernente as desigualdades raciais. A exploração-dominação de gênero e racial não emerge no modo de produção capitalista, contudo esse se apropria e endossa as desigualdades raciais e de gênero, colocando novas determinações para esta complexa realidade.

O estágio globalizado da acumulação capitalista exaspera a exploração da força de trabalho feminina, muitas mulheres se encontram em situações semelhantes às de trabalho escravo, quanto maior os níveis de exploração da classe trabalhadora em geral maior são também as desigualdades das relações raciais e de gênero na era da globalização capitalista. Esta perversa (re) produção social que estrutura as relações sociais na contemporaneidade coloca as mulheres na condição de sujeição e subalternidade.

As mulheres negras no nosso país, mormente constituem força de trabalho barata, suas condições de trabalho são precarizadas e não conseguem acessar os serviços de saúde e educação formal. Apesar de a população negra ser maioria na população do Brasil, os negros ainda se encontra em desvantagem aos brancos principalmente no tocante ao mercado de trabalho e acesso à educação.

A desigualdade social no Brasil é tangenciada pela desigualdade de gênero e raça, estas interfaces da desigualdade ficam claramente evidenciadas na precarização do acesso das mulheres, principalmente as mulheres negras, aos serviços públicos de saúde, educação trabalho e renda, dentre outros.

O racismo naturaliza a superioridade de uma raça sobre a outra, determinado grupo de sujeitos são discriminados por suas características físicas e culturais. Os racistas discriminam os grupos tidos como “diferentes” na maioria das vezes pela diferença da cor da pele e fenótipos que denunciam a origem racial e/ou étnica.

O racismo é uma ideologia que reforça o preconceito, a discriminação e a desigualdade entre sujeitos com culturas e características fenotípicas dessemelhantes, portanto a ideologia racista potencializa as desigualdades raciais. As ações racistas discriminatórias integram as desigualdades sociais e raciais no Brasil, estas desigualdades se articulam e se retroalimentam simultaneamente.

A população pobre brasileira não é constituída só por negros, porém as relações sociais que reproduzem ações racistas discriminatórias penalizam de forma diferenciada os pobres e negros no Brasil. As assimetrias de cor e/ou raça não são vinculadas as relações de desigualdade sociorraciais, visto que a cultura brasileira joga o racismo para “debaixo do tapete”, a sociedade brasileira não se reconhece como uma sociedade racista, o racismo no nosso país é velado.

As mazelas da questão social no Brasil não alcançam todos os grupos sociais de maneira igual, a população negra, sobretudo as mulheres negras, além de se encontrarem em uma situação de degradação aviltante das condições de vida, também estão expostas as desigualdades raciais e de gênero.

As inferências dos dados examinados no capítulo dois nos denunciam à aviltante pauperização das mulheres negras brasileiras, em uma breve síntese podemos afirmar que as

mulheres negras em sua maioria possuem as piores condições trabalhistas, não são cobertas pela política previdenciária, visto que a maioria não é empregada com carteira assinada e se encontram inseridas em postos de trabalho vulneráveis que não as seguram uma proteção social no trabalho.

Os níveis de escolaridade apontam para um aumento dos anos de estudos das mulheres se comparados aos anos de estudos dos homens o que modificou as assimetrias de gênero no tocante ao maior nível de escolarização, mas a desigualdade racial ainda persiste, posto que as mulheres negras se encontrem em desvantagem as mulheres brancas e aos homens brancos nos níveis de escolaridade.

As assimetrias que evidenciam a racialização no ensino é mais presente no nível de ensino superior e na pós-graduação. Em termos proporcionais os dados nos revelam que as mulheres negras possuem metade do nível de escolaridade no ensino superior quando comparamos com o nível de escolaridade das mulheres brancas na mesma fase de ensino.

Apesar da crescente execução de políticas de discriminação positiva, as desigualdades sociorraciais adquiriram proporções tão grandes que as políticas de ações afirmativas não dão conta de modificar o emblemático quadro da desigualdade racial no ensino superior em diante, o que coloca para os gestores destas políticas a necessidade de reformulação das estratégias de combate a racialização do ensino superior.

O discurso que separa a desigualdade social da desigualdade racial e a ilusória defesa do mito da democracia racial e da igualdade de gênero não se sustenta após a identificação de uma reprodução social muito bem estruturada, que consorcia a desigualdade social, racial e de gênero.

Através de políticas sociais integradas, universais, e que operem em contextos específicos as políticas sociais, sobretudo as de promoção e igualdade racial, devem vislumbrar ações que consigam modificar esta inadmissível realidade da sociedade brasileira,

considerando a situação de extrema degradação das condições de vida das mulheres negras. O desafio das políticas públicas hoje são o de democratizar os espaços públicos com vistas a fortalecer a participação dos usuários das políticas como sujeitos sociais coletivos.

O controle social das políticas públicas também é um forte aliado para reverter à realidade de violação dos direitos das mulheres negras, na medida em que o controle social prevê a fiscalização e proposição das ações executadas pelas políticas sociais públicas, os movimentos sociais, líderes comunitários bem como os demais setores sociais da sociedade comprometidos com a construção de uma sociedade sem dominação-exploração e opressão dos grupos socialmente discriminados podem contribuir para o rompimento das práticas sociais e raciais discriminatórias.

A fiscalização e denúncia das práticas de discriminação social e racial no âmbito das instituições públicas são de suma importância para que as políticas sociais públicas possam viabilizar e defender os direitos da população usuária. Ademais o confronto a racialização no interior dos aparatos públicos é também uma maneira de garantir os direitos das mulheres negras.

As ações da agenda pública brasileira na área de gênero e raça avançaram significativamente com a criação das secretarias SPM e Seppir, contudo ao analisarmos a realidade das mulheres negras constatamos que ainda há muito que se avançar. A construção e reprodução das relações sociais da sociedade capitalista brasileira conformam de forma bem robusta as desigualdades sociais, raciais e de gênero.

Portanto as mulheres negras brasileiras são as mais penalizadas e expostas às condições desumanizadas dentro da referida conformação social, e o movimento de análise do presente trabalho denuncia a tenebrosa realidade a que estas mulheres pobres e negras enfrentam no cotidiano das suas vidas singulares.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely Souza de. **Essa violência mal-dita**. In: ALMEIDA, S.S. Violência de Gênero e Políticas Públicas. Rio de Janeiro; Editora UFRJ, 2007.

----- et. al., SOARES, Laura Tavares; POUGY, Lilia Guimarães; FILHO, Rodrigo de Souza. **Da Avaliação de Programas Sociais à Constituição de Políticas Públicas: A Área da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008.

----- **Femicídio: Algemas invisíveis do público x privado**. Editora Revinter: Rio de Janeiro, 1998.

----- **Violência e Direitos Humanos no Brasil**. In: Revista Praia Vermelha, n° 11, 2004.

ALVES, Andréa Moraes. **Fazendo Antropologia no baile: uma discussão sobre observação participante**. In: Velho, Gilberto e Kuschnir, Karina (orgs.). Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2003.

**Anuário das Mulheres Brasileiras**. In: DIEESE, São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: < [http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/anuario\\_das\\_mulheres\\_2011.pdf](http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/anuario_das_mulheres_2011.pdf).> Acesso em: 25/02/2013.

BARROS, Myriam Moraes Lins. **Velhos e jovens no Rio de Janeiro: processos de construção da realidade**. In: Velho, Gilberto e Kuschnir, Karina (orgs.). Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2003.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Questão Social e Direitos**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRASIL. **Lei nº 5.859**, de 11 de dezembro de 1972, Presidência da República. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15859.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15859.htm) > Acesso em: 05/03/2014.

----- **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Capítulo II, Da Seguridade Social, Seção I, Disposições Gerais, Artigo 194, República Federativa do Brasil.

BRAZ, Marcelo, NETTO, José Paulo. **Economia Política uma introdução crítica**. São Paulo, Cortez, 2007, 3ª Ed.

Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do Assistente Social**. Brasília, 10ª Ed. rev. e atual, 2012. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)> Acesso em: 16/03/2014.

**Dossiê Mulheres Negras: trato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.**

Mariana Mazzini Marcondes... [et al ]. Brasília, IPEA, 2013.

Disponível em:

<[http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/39/livro\\_dossie\\_mulheres\\_negras.pdf](http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/39/livro_dossie_mulheres_negras.pdf)>

Acesso em: 05/03/2014.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **A pesquisa das ciências sociais: considerações metodológicas** IN: Cadernos CEDES N.12 – Centro de Estudos Educação e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

HERINGER, Rosana & SILVA, Joselina da. **Diversidade, Relações Raciais e Étnicas e de Gênero no Brasil Contemporâneo**. In: O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010.

Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy- Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. Disponível em:<

<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/progresso.pdf>> Acesso em: 30/06/2013.

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) / Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. **Dossiê Mulheres Negras**. Revista Estudos Feministas. Rio de Janeiro, v. 3, nº 2, publicação semestral, 1995.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Combate à pobreza e (des) proteção social: dilemas teóricos das ‘novas’ políticas sociais**. In: Revista Praia Vermelha, nº 14 & 15, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2006, 5ª ed.

**O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy- Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. Disponível em:< <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/progresso.pdf>> Acesso em: 30/06/2013.

PAIXÃO, Marcelo. **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil, 2009-2010:**

**Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre assimetrias de cor ou raça.**

Garamond Universitária; LAESER; Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

**Portal Agência Brasil Beta.** Disponível em:

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-01/renda-dos-negros-cresce-mais-que-media-mas-nao-chega-60-da-dos-brancos>> Acesso em: 28/02/2014.

**Portal Fórum. Revista Fórum.** Disponível em:

<<http://www.revistaforum.com.br/blog/2012/02/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/>> Acesso em: 03/05/2014.

**Portal Geledés. Instituto da Mulher Negra.** Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/>> Acesso em: 20/11/2013.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil Afinal, de que se trata?**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2003, 1ª ed.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, fevereiro de 2011, 2ª reimpressão.

SANTOS, Milton. **As cidadanias mutiladas**. O Preconceito/ Julio Lerner editor, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

**Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.** Portal Brasil. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/>> Acesso: 16/03/2014.

**Secretaria de Políticas para as Mulheres.** Portal Brasil. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/>> Acesso em: 16/03/2014.

**Site da Revista Veja.** Disponível em:

<[http://veja.abril.com.br/?gclid=CJae25qQ\\_rwCFYRQ7AodAB8ABw](http://veja.abril.com.br/?gclid=CJae25qQ_rwCFYRQ7AodAB8ABw)> Acesso em: 04/03/2014.

**Site do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida (NEPP-DH).** Disponível em: <<http://www.nepp-dh.ufrj.br/>> Acesso em: 17/03/2014.

VELHO, Gilberto. **Observando o Familiar**. In: Velho, Gilberto e Kuschnir, Karina (orgs.). Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2003.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica?**. In: Revista Praia Vermelha, nº13, 2005.



VINAGRE, Marlise. **Ética, direitos humanos e projeto profissional emancipatório**. In: *Ética e Direitos: Ensaio Críticos, Coletânea Nova do Serviço Social*. Rio de Janeiro, Editora Lumen Júris, 2010, 2ª edição revisada.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estado e Políticas Sociais**. In: *Revista Praia Vermelha*, nº18, 2008.

### FILMOGRAFIA

**A COR PÚRPURA**. Estados Unidos. 1985. Direção: Steven Spielberg. Duração: 154 min.

**ANJOS DO SOL**. Brasil. 2006. Direção: Rudi Lagemann. Duração: 92 min.

**À PROCURA DA FELICIDADE**. Estados Unidos. 2006. Direção: Gabriele Muccino. Duração: 117 min.

**12 ANOS DE ESCRAVIDÃO**. Estados Unidos. 2013. Direção: Steve McQueen. Duração: 135 min.

**O MORDOMO DA CASA BRANCA**. Estados Unidos. 2013. Direção: Lee Daniels. Duração: 132 min.

**PRECIOSA- UMA HISTÓRIA DE ESPERANÇA**. Estados Unidos. 2009. Direção: Lee Daniels. Duração: 110 min.